



Anais da Assembleia

Nº 116

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE SETEMBRO DE 1991

ANO XVII

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 91ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 1991
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelo Senhor Deputado João Arruda e pela Senhora Deputada Emília Belinati.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dibrardino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, José Alves, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (49). Acharo-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Geraldo Cartário, Nelson Garcia e Ovídio Constantino (03). Acharo-se em licença os seguintes Senhores Deputados: Cezar Silvestri e José Afonso Júnior (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais foram aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO	
Sob os n.ºs	DIL/SAT/226, 227, 228,
229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236,	
237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244,	
245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253 e	

254/91. do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs

361/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 156.889.000.00 aos orçamentos próprios da Junta Comercial do Paraná - JCP e da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, conforme especifica, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 9.676. Anote-se. Arquite-se.

033/91: De autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara como de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS VICE-PREFEITOS DO PARANÁ - VICEPAR, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 9.677. Anote-se. Arquite-se.

194/91: De autoria do Deputado GERALDO CARTÁRIO, que declara de Utilidade Pública o INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA EXCEPCIONALIDADE - IEPE, com sede e foro nesta Capital, o qual, convertido em Lei, tomou o n.º 9.678. Anote-se. Arquite-se.

218/91: De autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor JARBAS JOSÉ DE CASTRO AMIUNES, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 9.679. Anote-se. Arquite-se.

203/91: De autoria do Deputado NEIVO BERARDIN, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA de Querência do Norte-PR, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 9.680. Anote-se. Arquite-se.

205/91: De autoria do Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, que concede o Título de Cidadã Honorária do Paraná, à Doutora MYRIAM SALLES DE SOUZA LIMA, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 9.681. Anote-se. Arquite-se.

229/91: De autoria da Deputada EMÍLIA BELINATI, que declara de utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS DIABÉTICOS DO ESTADO DO PARANÁ - ADEP, com sede e foro na cidade de Londrina, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 9.682. Anote-se. Arquite-se.

231/91: De autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Professor Doutor RUY NORONHA DE MIRANDA, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 9.683. Anote-se. Arquite-se.

239/91: De autoria do Deputado JOAO BATISTA DE ARRUDA, que declara como de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, de Capanema-PR, o qual convertido em Lei, tomou o n° 9.684. Anote-se. Arquite-se.

241/91: De autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO ILHA BELA, de Curitiba - PR, o qual convertido em Lei, tomou o n° 9.685. Anote-se. Arquite-se.

242/91: De autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO EUCALIPTOS I E V, de Curitiba - PR, o qual convertido em Lei, tomou o n° 9.686. Anote-se. Arquite-se.

243/91: De autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI de Porto Rico-PR, o qual convertido em Lei, tomou o n° 9.687. Anote-se. Arquite-se.

244/91: De autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que declara de Utilidade Pública a GUARDA MIRIM DE PORTO RICO - PR, o qual convertido em Lei, tomou o n° 9.688. Anote-se. Arquite-se.

245/91: De autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública o CENTRO SOCIAL ARMINDA GRASSI, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei, tomou o n° 9.689. Anote-se. Arquite-se.

251/91: De autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL URANO, com sede e foro no município de São José dos Pinhais, o qual convertido em Lei, tomou o n° 9.690. Anote-se. Arquite-se.

254/91: De autoria do Deputado NILTON CESAR SERVO, que declara de Utilidade Pública a CRECHE HELENA FREGADOLLI DIAS, com sede no município de Paçandu, Distrito de Água Boa e com foro na cidade de Maringá, o qual convertido em Lei, tomou o n° 9.691. Anote-se. Arquite-se.

260/91: De autoria do Deputado LUIZ CARLOS MARTINS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA BARREIRINHA - ABRANCHES, com sede no município de Curitiba, o qual convertido em Lei, tomou o n° 9.692. Anote-se. Arquite-se.

263/91: De autoria do Deputado FLAUTO MIRO GUIMARAES, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM ESPANADA - ASJE, situada na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei, tomou o n° 9.693. Anote-se. Arquite-se.

281/91: De autoria do Deputado JOAO PREIS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TERRA BOA - APAE, com sede no município de Terra Boa, o qual convertido em Lei, tomou o n° 9.694. Anote-se. Arquite-se.

350/91: Do PODER EXECUTIVO, que reajusta, a partir de 1° de julho de 1991, na forma que especifica, os salários das autarquias que menciona, o qual convertido em Lei, tomou o n° 9.697. Anote-se. Arquite-se.

156/91: De autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que denomina TEATRO JOSÉ MARIA SANTOS, o imóvel e espaço cultural localizado à Rua Treze de Maio n° 655, nesta Capital, o qual convertido em Lei, tomou o n° 9.698. Anote-se. Arquite-se.

268/91: De autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE, que declara de Utilidade Pública o CENTRO PARANAGUENSE DE CURITIBA, com sede e foro jurídico nesta Capital, o qual convertido em Lei, tomou o n° 9.699. Anote-se. Arquite-se.

273/91: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE REESTRUTURAÇÃO SOCIAL DA VÍTIMA DE CRIME, com sede e foro em Curitiba - PR, o qual convertido em Lei, tomou o n° 9.700. Anote-se. Arquite-se.

288/91: Do PODER EXECUTIVO, que concede, a partir de 1° de agosto de 1991, abono provisório ao pessoal do Magistério, conforme especifica, o qual convertido em Lei, tomou o n° 9.701. Anote-se. Arquite-se.

291/91: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Deputado FUAD NACLI, o qual convertido em Lei, tomou o n° 9.702. Anote-se. Arquite-se.

295/91: De autoria do Deputado DALTON MACHUCA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IMBITUVA, com sede e foro à Rua Padre Thomas Kânia, 149, no município de Imbituva, o qual convertido em Lei, tomou o n° 9.703. Anote-se. Arquite-se.

297/91: De autoria do Deputado EDSON SILVA LINO, que declara de Utilidade Pública o LAR SÃO VICENTE DE PAULO, de Rosário do

Ivaí - PR, o qual convertido em Lei, tomou o n° 9.704. Anote-se. Arquite-se.

320/91: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que altera para ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO EXCEPCIONAL DO PARANÁ, nome da entidade declarada de Utilidade Pública pela Lei n° 6.251, de 20.11.71, o qual convertido em Lei, tomou o n° 9.705. Anote-se. Arquite-se.

Sob os n.ºs DIL/SAT/246, 255, 256 e 257/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei n.ºs 250/91, 116/91, 129/91 e 128/91, por julgá-los contrário ao interesse público. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° ATCC 0856/91, do Senhor Deputado CAÍTO QUINTANA, Chefe da Casa Civil, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES do Senhor Deputado ALGACI TÚLIO, que solicitou a substituição da Mensagem n° 231/90, de 14 de dezembro de 1990. Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO
ESTADO DO PARANÁ

JUIZO ELEITORAL DA 115ª ZONA

Ofício n° 37/91

Senhor Presidente.

A presença de Vossa Excelência me dirijo, para, com o devido acato, em cumprimento ao artigo 11 da Resolução n° 200/91, encaminhar cópia da Ata de Apuração do Plebiscito realizado em 1° de setembro de 1991, no Distrito de Cruzeiro do Iguaçu, neste Município.

Aproveito a oportunidade, para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 17.09.91

(a) FERNANDO P. S. WOLFF FILHO

Juiz Eleitoral da 115ª Zona

Ofício n° 39/91

Senhor Presidente.

A presença de Vossa Excelência me dirijo, para, com o devido acato, em cumprimento ao artigo 11 da Resolução n° 199/91, encaminhar cópia da Ata de Apuração do Plebiscito realizado em 1° de setembro de 1991, no Distrito de Boa Esperança do Iguaçu, neste Município.

Aproveito a oportunidade, para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 17.09.91

(a) FERNANDO P. S. WOLFF FILHO

Juiz Eleitoral da 115ª Zona

JUIZO ELEITORAL DA 121ª ZONA

Ofício D. n° 80/91

Senhor Presidente.

Pelo presente, encaminho a Vossa Excelência, as inclusas cópias das Atas Finais de Apuração e Boletins de urnas, relativos aos pleitos plebiscitários para criação dos Municípios de Entre Rios do Oeste e Pato Bragado.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 17.09.91

(a) LUIZ S. VON HOLLEBEN

Juiz Eleitoral

Ofício n° 295/91

Senhor Presidente.

Pelo presente comunico que, na data de hoje, estou retornando às atividades nesta Casa, após período de licença para tratamento de saúde.

Sem mais para o momento, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 17.09.91

(a) DIRCEU MANFRINATO

Ofício n° 1.037/91

Curitiba, em 17.09.91

Senhor Presidente.

Cumprimentando Vossa Excelência, tenho a honra de encaminhar, em anexo, para as providências cabíveis, Anteprojeto de Lei que reajusta os níveis de vencimentos dos integrantes deste Tribunal de Contas.

Nesta oportunidade, reafirmo a Vossa Excelência a segurança do meu profundo respeito.

(a) JOÃO CÂNDIDO F. C. PEREIRA

Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Os níveis de vencimento dos Membros do Corpo Especial e da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal, face ao disposto no art. 2° da Lei Estadual n° 9.366, de 12 de setembro de 1990, ficam reajustados em 20% (vinte por cento), a partir de 1° de setembro de 1991.

Art. 2° - Os níveis de vencimento dos cargos efetivos, constantes do anexo II, da Lei Estadual n° 9.436, de 09 de novembro de 1990, dos cargos em comissão e das funções gratificadas, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ficam também reajustados no mesmo percentual e data fixados no artigo anterior.

Art. 3° - Ficam também reajustados, no mesmo percentual e data fixados no artigo anterior:

I - os valores da gratificação de produtividade;

II - os valores da gratificação de gabinete;

III - o valor do salário-família, por dependente legal.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor

na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos no artigo primeiro, revogadas as disposições em contrário.

Indicações:

INDICAÇÃO

Através do presente, vimos indicar a Vossa Excelência, para compor a Comissão Suprapartidária que coordenará as ações desta Casa com vistas à reativação do BRDE, aprovada na Sessão Plenária do dia 11 p.p., o nome do Deputado Renato Adur na condição de representante da Bancada do PMDB.

Certo da atenção de Vossa Excelência, colhemos da oportunidade para reiterarmos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 17.09.91

(a) ORLANDO PESSUTI

Líder do Governo e PMDB

INDICAÇÃO

Dirijo-me a Vossa Excelência para, através do presente, indicar o Deputado Dobarmino da Silva para compor, na condição de membro da Bancada do PMDB, a comissão temporária especial criada dia 21 de agosto passado, que tem como objetivo a construção de um aeroporto regional de grande porte na região oeste do nosso Estado.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e respeito.

Sala das Sessões, em 17.09.91

(a) ORLANDO PESSUTI

Líder do Governo e PMDB

(O requerimento em questão levou o n° 2057, e encontra-se publicado no D.A. n° 101, de 21/08/91)

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2335

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja colocado em votação sob REGIME DE URGÊNCIA o Projeto de Lei n° 356/91, de nossa autoria, que autoriza o Poder Executivo Estadual a doar ao Município de Pato Branco, Estado do Paraná, o imóvel urbano que especifica.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido de votação em regime de urgência prende-se ao fato de manifestação favorável neste sentido, apresentada por representante do Tribunal Regional do Trabalho, no sentido que haja agilização no processo da doação dos terrenos já em entendimento com a Prefeitura Municipal de Pato Branco, Tribunal do Trabalho e Secretaria de Estado da Administração.

REQUERIMENTO N° 2362

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n° 411/91, que dispõe sobre os níveis de vencimentos e salários dos servidores civis e militares, da Administração Direta e Autarquias do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2363

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA à tramitação do Projeto de Lei n° 410/91, que dispõe sobre os salários dos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2358

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo Art. 187, § 4°, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da Relação Final aos projetos aprovados em Segunda Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO N° 2340

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o adiamento de discussão, pelo prazo de três (03) sessões, da Proposição n° 48/91, veto aposto ao Projeto de Lei n° 70/91, constante da pauta da sessão plenária desta data.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2365

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o adiamento de discussão, pelo prazo de cinco (05) sessões, ao Projeto de Lei n° 206/91, constante da pauta da Ordem do Dia de hoje, em 1ª Discussão.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2327

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo Art. 159 do Regimento Interno, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o adiamento por 10 (dez) sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 253/91, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a transferir para a alçada do Estado a estrada que liga os Municípios de Irati e Inácio Martins.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(aA) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2339

Senhor Presidente.

Os Parlamentares que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o duto Plenário, a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 166/91, que objetiva criar a Região Administrativa de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(aa) ELIO RUSCH

DUÉLIO GENARI

ALBINO CORAZZA

REQUERIMENTO Nº 2366

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente suscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas, REQUER, com base no disposto no § 3º, do art. 36 do Regimento Interno, a prorrogação por mais 60 (sessenta) dias para que a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde, constituída por intermédio do Ato do Presidente nº 01/91, de 15 de maio de 1991, publicado no Diário Oficial do Estado de 16.05.91, possa concluir plenamente seus trabalhos de investigação e apresentar ao Plenário seu relatório final.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) DR. ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 2358-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no Art. 128 e seguintes do Regimento Interno, INDICA a necessidade de manifestação desta Assembléia Legislativa, através das Comissões de Saúde e de Educação, sobre a redução de leitos e de atendimento no Hospital Universitário de Londrina, em decorrência da política estadual imposta ao setor.

Justifica-se tal indicação pelos graves reflexos que a extinção, já confirmada, de mais de 50 (cinquenta) leitos do Hospital Universitário de Londrina, sob alegação de falta de condições de sua manutenção, representa à população londri-

nense carente e para a formação dos profissionais médicos daquela escola, que é referência nacional por excelência, tendo, agora, esta condição ameaçada.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) PAULO MAIA

REQUERIMENTO Nº 2318

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe conferem o Regimento Interno deste Poder, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição em Ata da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. PERGENTINO MELO FILHO, ocorrido no dia de hoje, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

Pergentino Melo Filho foi Promotor de Justiça por mais de 16 anos na Comarca de Ardirá.

Em chegando naquela cidade do Norte Pioneiro, o exercício da Promotoria era cercado de todas as dificuldades imagináveis. Não existia o prédio do Fórum e os trabalhos jurisdicionais eram prestados em uma acanhada sala na Prefeitura Municipal. Os meios de comunicação inexistiam.

No entanto, este homem de maneira simples, ilustrado, logo foi reconhecido pela população como um cidadão ardiraense pelo seu caráter, senso de justiça, equilíbrio e bondade.

Em Ardirá, Pergentino Melo Filho constituiu família, casando-se com Dona Rute Possagnoli Melo, de tradicional linhagem de pioneiros da cidade. Preocupado com os problemas da comunidade, foi professor, fundador e diretor da primeira Escola Normal de Ardirá, e deixou sua pessoa ligada à Promotoria Pública como seu titular sempre lembrado.

Assim, requer que da decisão deste Plenário seja dada ciência à família enlutada.

REQUERIMENTO Nº 2319

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o duto Plenário, REQUER seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ALVIN JALESKI, ocorrido nesta Capital, no dia 14 de setembro do corrente ano.

Da decisão da Casa, pede-se seja dada ciência à família enlutada, à Rua Prof. Brasília Ovídio da Costa, 887, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) ERONDY SILVERIO

JUSTIFICATIVA:

Membro de tradicional família desta Capital, foi Fiscal do Estado e ex-Vereador da Câmara Municipal de Curitiba. Seu passamento deixa no seu vasto círculo de amigos e entre os seus familiares, uma lacuna difícil de ser preenchida, mas pedimos ao Ser Supremo que seja concedido a todos os que com ele conviveram, a graça de abranger e confortar nesta hora tão difícil.

REQUERIMENTO N° 2352

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. HELIO TOLARDO, ocorrido no dia 11 de setembro próximo passado, em Maringá.

Tal passamento veio consternar os meios empresariais de nosso Estado, onde o mesmo desfrutava de grande estima pelas suas qualidades pessoais e capacidade de trabalho.

A sua participação no desenvolvimento da região foi das mais expressivas e sua partida para a eternidade deixa uma lacuna irreparável no seio da sociedade onde conviveu e ajudou a edificar.

Requer ainda, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Carlos Chagas, 85, CEP 87.100, Maringá-PR.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) JOÃO PRELS

REQUERIMENTO N° 2350

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o duto Plenário desta Casa, REQUER votos de congratulações ao Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Superintendente da FUNDEPAR, parabenizando pela rapidez que tem conduzido o pleito dos municípios - Reformas, ampliações das escolas estaduais do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 2322

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja consignado Voto de Louvor ao JORNAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO pelas reportagens especiais sobre a RMC.

Sala das Sessões, em 17.09.91

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação prende-se ao fato que tais reportagens estão sendo realizadas com o maior esmero e com a pesquisa de da-

dos que transformam em uma série de radiografias dos pontos fortes e fracos do crescimento da nossa RMC.

Ao salientar as dificuldades dos governos municipais da RMC, em solucionar isoladamente seus problemas, indica que o caminho e a união de todos, para que as soluções de interesse comum tenham respostas mais rápidas.

Louve-se também a preocupação da brevidade com que a RMC, entrará no terceiro milênio e que este encontro seja com os menores problemas possíveis.

Procurar resolver hoje os problemas de saneamento, habitação, emprego, saúde e transporte ficam mais evidenciados e nos exige que façamos planos e ações capazes de resgatar à RMC, a qualidade de vida que sua população merece.

REQUERIMENTO N° 2349

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o duto Plenário desta Casa, REQUER, Voto de Aplauso ao SENHOR LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - DD. SECRETÁRIO ESPECIAL DE POLÍTICA HABITACIONAL, destacando o magnífico trabalho com que vem conduzindo aquela Pasta, especialmente quanto ao atendimento aos pleitos dos Municípios e parabenizando pelo PROGRAMA "CASA DA FAMÍLIA" - SISTEMA DE CASAS MUTIRÃO, em convênio com os municípios, favorecendo a população de baixa renda.

Sala das Sessões, em 17.09.91

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 2338

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso das prerrogativas regimentais, após ouvido o duto Plenário desta Casa, REQUER, o envio de manifestação urgente em apoio à recordação ao cargo de Juiz Classista (Representante dos Empregados) do Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região, com sede em Curitiba, o empresário conterrâneo LAURO STELLFELD FILHO, integrante de lista triplíce já constituída e a ser submetida proximaamente à consideração do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Sala das Sessões, em 17.09.91

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Parece-nos, Senhor Presidente, que o excelente desempenho do empresário LAURO STELLFELD FILHO, durante o período em que exerceu a Judicatura no aludido Tribunal, se constitui na melhor recomendação para a concretização do que aqui é pleiteado.

Gabinete da Presidência

Curitiba, 13 de setembro de 1991

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
FERNANDO COLLOR
DIGNÍSSIMO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA-DF

Tenho a honra de reportar-me a Vossa Excelência, cumprindo manifestação aprovada por esta casa de Leis, no sentido de apoiar a recondução ao cargo de Juiz Clássista (Representante dos Empregadores) do Tribunal Regional do Trabalho, com sede em Curitiba (9ª Região) do empresário Lauro Stellfeld Filho, integrante de lista triplíce já constituída.

O excelente desempenho do empresário Lauro Stellfeld Filho, durante o período em que exerceu a judicatura no aludido Tribunal, se constitui na melhor recomendação para a concretização do que aqui é pleiteado.

Aproveitando para expressar a Vossa Excelência as manifestações de minha respeitosa estima,

Atenciosamente,
(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 2323

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado aos Parlamentares Federais do Paraná, a solicitação de empenho para que o orçamento da união, para 1992, preveja rubrica e fonte para o pagamento dos ROYALTIES de ITAIPU para o Paraná e seus Municípios alagados pela Usina.

Sala das Sessões, em 17.09.91

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A solicitação prende-se ao fato de que o Paraná, bem como, outros Estados, está beneficiado com o pagamento destes royalties, tendo em vista que o decreto 001 de 11/01/91, assinado pelo Presidente Collor, regulamentou a forma de pagamento deste benefício. O ideal é que esta rubrica pudesse não só garantir os royalties de 1992, mas também os de 1991, pois até este momento não foram pagos ao Paraná e possivelmente não o serão até 1992.

E assim sendo, torna-se à época dívida atrasada da União com o Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2328

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à direção do Banco do Brasil e à direção da Caixa Econômica Federal, solicitando a manutenção de diálogo franco e aberto com o corpo de funcionários e a disposição de transparência nos atos das duas instituições, como forma de

viabilizar o entendimento e a solução para o movimento de greve instalado em todo País.

Seja dado conhecimento, mediante remessa de cópia desta proposição, à Federação dos Bancários do Paraná e ao Sindicato dos Bancários de Toledo.

Sala das Sessões, em 17.09.91

(a) ALBINO CORAZZA

JUSTIFICATIVA:

A paralisação das duas principais instituições financeiras do País acarreta em prejuízos consideráveis a todos os setores produtivos da Nação.

Destaca-se os inúmeros problemas que são enfrentados pelos produtores rurais do Paraná, especialmente da região Oeste do Estado, que além da escassez de recursos nos financiamentos e na comercialização de sua safra, e das condições climáticas desfavoráveis, ainda têm obstruído seu acesso à Instituição que lhes deveria dar amparo e incentivo.

A reivindicação dos funcionários merece nosso apoio por ser justa em função dos baixos salários e da acentuada defasagem salarial que necessita de urgente correção, sob pena de permitirmos que se estenda o ciclo de recessão no País que impede nosso desenvolvimento, por causa do desaparecimento do poder aquisitivo e consequente estrangulamento do processo produtivo nacional.

A situação generalizada de dificuldades implantada no País é de conhecimento público e vem sendo enfrentada pacificamente pela população.

O caráter solidário do povo brasileiro não deve ser explorado e sim merece a consideração por parte dos responsáveis pelas atividades de vital importância do País, como é o caso das Instituições em questão, motivo que justifica um comportamento de total transparência dos atos que regem estes órgãos, bem como de sua real situação financeira, como meio de alcançar a corresponsabilidade dos funcionários na busca de solução para os reais problemas existentes.

Os trabalhadores que conduzem a história do cotidiano do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, e que são os principais artífices do desempenho das duas Instituições, têm adquirido o direito de conhecer a realidade da empresa pública que eles deferem e engrandecem.

A transparência sobre a real situação bem como a exposição clara sobre as condições de reajustes nos vencimentos dos funcionários dos dois órgãos criaria, sem dúvida, disposições favoráveis à negociação e à mútua compreensão.

Diante do exposto, solicitamos parecer favorável à proposição que apresentamos.

REQUERIMENTO Nº 2331

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, José Moacir Favetti, sobre a manifestação da Assembléia Legislativa acerca da urgente necessidade de contratação de médicos legistas, auxiliares, e da aquisição de equipamentos e materiais básicos de necropsia em falta no Instituto Médico Legal de Londrina, comprometendo a qualidade dos serviços prestados à população.

Sala das Sessões, em 17.09.91

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Médico Legal de Londrina está com a qualidade dos seus serviços seriamente comprometida pela falta de pessoal, equipamentos e materiais básicos de necropsia.

Apenas cinco médicos estão encarregados de executar o trabalho de necropsia, revezando-se 24 horas por dia, 7 dias na semana, quando, até bem pouco tempo, seis profissionais ocupavam-se desta atividade.

Apesar do aumento da demanda de serviços do IML de Londrina, seu corpo médico está se reduzindo. A não renovação do contrato de prestação de serviços do médico Milton Bocatto reduziu a equipe de legistas, comprometendo os serviços do órgão.

Dos cinco auxiliares que já existiam no Instituto Médico Legal, encarregados de preparar a assistir o trabalho médico-legal, apenas três ainda permanecem no ofício, numa escala de serviços desumana e ilegal. Revezam-se estes auxiliares em escalas de serviço de 8 dias cada um, trabalhando 24 horas por dia.

A falta de material básico para o serviço lá executado torna crítico o nível de atendimento prestado. Faltam luvas assépticas, esparadrapo, algodão, faixas e material químico.

A resultante disso tudo é a degradação, em desrespeito à pessoa humana, infelizmente. Os corpos de Paulo Silva Nogueira, esposa, sogra e dois filhos, um menino de 5 anos e uma menina de 2 anos de idade, acidentados e mortos no Trevo de Warta, Distrito de Londrina, em decorrência de uma colisão com um caminhão, ficaram retidos no IML de Londrina, sem o rito do guardamento, das 23h e 45 minutos do dia 13, até as 11h e 30 minutos do dia 14, pela falta de médico-legista e de materiais para a execução de necropsia.

Em que pese a falta de condições, é de se ressaltar o empenho que os profissionais lotados no Instituto prestam por um bom serviço. Os corpos, - infelizmente, só foram liberados para o funeral, depois

que os familiares pagaram, do próprio bolso, o formol utilizado no serviço.

As providências para a volta de prestação de um bom serviço à população, nesta hora grave para muitas famílias, é dever do Estado.

REQUERIMENTO Nº 2320

Senhor Presidente.

O Deputado que assina o presente, usando atribuições conferidas pelo Regimento Interno, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor HERON ARZUA, digno Secretário de Estado da Fazenda, sugerindo a isenção do ICMS aos veículos automotores, equipamentos e aparelhos usados por deficientes físicos e encaminhando cópia do Ofício nº 498/91, do Presidente da Câmara Municipal de Francisco Beltrão, Vereador Luiz Carlos Baggio, solicitando a medida e a justificando constitucionalmente.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) JOÃO BATISTA ARRUDA

REQUERIMENTO Nº 2321

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que sejam tomadas urgentes providências para a melhoria e regularização dos trevos rodoviários nas rodovias 369-444 e 444-218, no município e cidade de Arapongas, hoje em precárias condições de uso.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Apoiamento: Ademir Traiano, Rossoni, Luiz Carlos Alborghetti e Lourenço Fregonese

JUSTIFICATIVA:

Não se concebe que uma obra de engenharia rodoviária seja executada com tamanhas deficiências como as existentes nos referidos "trevos".

Projetos mal concebidos dão como resultado o que ali ocorre hoje.

Acidentes fatais intermitentes tornaram-se um flagelo não só para os usuários, mas principalmente para os moradores do Conjunto Tropical, à margem da PR-218, no sentido Arapongas-Astorga.

Lamentavelmente construiu-se núcleos habitacionais em locais inadequados e hoje, os referidos "trevos" passaram a representar os chamados "pontos-críticos" na malha rodoviária do Estado, em cujos locais até mesmo a iluminação elétrica pública é quase inexistente, como por

exemplo no trecho "Trevo-Jardim Tropical", cuja solução é urgentíssima.

Enchemo-nos até de horror ao verificar que um órgão do Estado do Paraná, que constitua-se num exemplo de operosidade e responsabilidade, tenha permitido a execução de um projeto rodoviário que contraria todas as normas técnicas que regem esta parte da engenharia de trânsito, restando agora repará-las, adequando-as tanto quanto necessário.

REQUERIMENTO N° 2324

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor STÊNIO SALES JACOB, pleiteando a construção de um poço artesiano na localidade Linha São Francisco, município de Santo Antônio do Sudoeste (PR).

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A construção do poço artesiano é antiga reivindicação da comunidade da Linha São Francisco, comunidade esta que muito tem contribuído para o progresso da região, tendo como características fundamentais o fato de ser extremamente ativa e produtiva.

A água potável seria um prêmio para o esforço desta comunidade, no sentido de bem servir aos interesses maiores da região.

REQUERIMENTO N° 2325

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor MÁRIO PEREIRA, tendo por finalidade o recapeamento asfáltico do trecho PONTE DO RIO CHOPIN até o TREVO DE VITORINO da BR-280.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O trecho para o qual estamos solicitando recapeamento, encontra-se em péssimas condições.

Atendendo a solicitação de inúmeros Prefeitos e Vereadores da Região Sudoeste do Estado, encampamos tão justo pleito, tendo em vista o fato de que 90% (noventa por cento) da produção da Região tem seu escoamento via este trecho da estrada, inclusive atendendo a produção argentina, que entra no País via Barracão.

Salientamos também que o péssimo estado de conservação do trecho, tem provocado sérios acidentes, colocando em risco a segurança daqueles que por ele trafegam.

REQUERIMENTO N° 2326

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor AL-CENI GUERRA e ao Senhor NIZAN PEREIRA ALMEIDA, Ministro e Secretário de Estado da Saúde, respectivamente, para reivindicar um novo equipamento odontológico para o SINDICATO DOS TRABALHADORES DE SANTA IZABEL DO OESTE - PR.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O município de Santa Izabel do Oeste (PR), caracteriza-se por ser essencialmente agrícola, com o predomínio de pequenos proprietários rurais, os quais são associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

A Direção do Sindicato mantém convênio de Assistência Odontológica com seus associados, utilizando-se, para cumprir este objetivo, de equipamentos que possuem mais de 20 (vinte) anos de uso, estando por isso, sofrendo constante manutenção e reposição de peças, dificultando o trabalho dos profissionais.

Tudo isto, além dos salários dos funcionários, deve ser pago com os poucos recursos financeiros provindos das contribuições dos agricultores, os quais, na maioria das vezes, não possuem dinheiro sequer para pagar as mensalidades.

Assim sendo, por ser completamente impossível a aquisição do equipamento pela associação e, para que possa ser dado um melhor e maior atendimento aos associados, estamos certos do apolamento que este requerimento receberá dos seus destinatários e dos nobres Pares.

REQUERIMENTO N° 2333

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Casa ao Governador do Estado, Senhor Roberto Requião e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Senhor José Moacir Favetti, para que sejam tomadas urgentes providências no sentido de dotar o INSTITUTO MEDICO LEGAL DE LONDRINA de condições materiais e humanas para realizar seu trabalho, uma vez que ele não vem conseguindo atender a contento a população, devido a precariedade da estrutura.

Requer, outrossim, que desta decisão, seja dada ciência aos Prefeitos e Presidentes de Câmaras de Vereadores dos municípios de: Londrina, Alvorada do Sul, Arapongas, Bela Vista do Paraíso, Borrazópolis, Cambé, Catanduvas, Florestópolis, Ibitiporã, Guaporema, Ibatí, Jaboti, Jaca-

Rezinho, Mirassolva, Rolândia, Primeiro de Maio, Sabáudia, Bandeirantes, Cornélio Procopio e Sertãoópolis.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) EMÍLIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Médico Legal de Londrina é a própria imagem de abandono.

Os problemas ali encontrados são de diversas ordens: faltam local apropriado, equipamentos, recursos humanos, condições de trabalho e até material de consumo.

Em tese, o IML-Londrina deveria atender à área da 10.^a Subdivisão Policial, mas com a falta de recursos nas outras regiões próximas, acaba atendendo todo o Norte e parte do Centro do Paraná.

Há tempos, pelo descaso oficial o IML não consegue cumprir suas tarefas. As queixas e as denúncias se sucedem, sem que nada seja feito. A população está desassistida.

Triste exemplo da situação caótica é o que ocorreu no dia 13 do corrente, quando 05 pessoas de uma mesma família morreram, num acidente perto do Distrito de Warta, em Londrina, na estrada PR-232. Os corpos foram encaminhados para o IML-Londrina e lá ficaram 15 horas, sem que fosse tomada qualquer providência (conforme documentos em anexo), por falta de plantonista. E não havia - como não há ainda - um produto básico para o trabalho do legista: formol, que na data foi comprado por um cidadão; para que os corpos pudessem ser liberados.

Não podemos deixar que órgãos essenciais de prestação de serviços à população sejam tratados desta maneira.

O Estado deve tomar providências urgentes para solucionar tal problema. A comunidade do Norte e Centro do Paraná, não pode continuar sendo punida pelo abandono.

REQUERIMENTO N° 2336

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja viabilizada a construção de acostamentos junto as vias de acesso à cidade de Morretes à BR-277, Distrito de Porto de Cima e da Cidade de Antonina, pois as rodovias que ligam Morretes a essas localidades estão desprovidas de acostamento, causando acidentes, principalmente nas proximidades da sede do município, onde o trânsito de ciclistas é numeroso, sendo estes os mais afetados, sofrendo acidentes com frequência.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Nossa solicitação prende-se ao fato de

que os acidentes que vêm ocorrendo nas saídas das vias de acesso à cidade de Morretes, com grande fluxo de veículos, principalmente nos finais de semana e período de temporada de praia, cresce o movimento de turistas e, como o meio de transporte através de bicicleta é largamente utilizado naquela região, os acidentes são constantes.

Visando favorecer aos pedestres, ciclistas e condutores de automóveis, solicitamos que a Secretaria de Estado dos Transportes viabilize a construção de acostamentos, para que não ocorra mais desastres e colha vidas humanas, nem cause danos materiais mais substanciais que os já ocorridos.

REQUERIMENTO N° 2337

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja efetuado melhoramentos na Estrada para os Mananciais da Serra do Mar, município de Morretes, que inicia junto ao Km 60 da BR-277, trecho Curitiba-Paranaguá, à esquerda da rodovia, sentido Curitiba-Paranaguá, por necessidades de preservação dos mananciais e facilitar o transporte dos moradores nativos da região.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido de melhoria prende-se ao fato de que as condições de tráfego da referida estrada estar em péssimo estado.

Nas condições atuais, até a fiscalização por parte da Polícia Florestal, bem como as condições de transporte dos moradores nativos da região, que sofrem devido à precariedade da estrada.

Para que não haja maiores prejuízos aos mananciais e florestas, pedimos a recuperação desta estrada, nos termos técnicos aplicados pelo sistema desenvolvido por essa Secretaria de Estado.

REQUERIMENTO N° 2341

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião e ao Sr. Secretário de Segurança Pública, Dr. Moacir Favetti, solicitando seja efetuado o mais rápido possível, a modernização do Instituto Médico Legal.

Nesse sentido, solicitamos que o Governo do Estado invista esforços visando a informatização do Instituto Médico Legal,

a aquisição de aparelhagem moderna e o conserto imediato do que hoje está quebrado, como é o caso do espectrofotômetro.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) DR. ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Vivemos uma época de grande avanço tecnológico e o Instituto Médico Legal do Paraná sofre uma séria deficiência. Hoje, no IML, existem milhares de fichas e arquivos que podem e devem ser racionalizados com o uso de computadores.

Já há alguns meses o espectrofotômetro (aparelho importante para o IML) está quebrado. Com a melhoria e modernização do IML, a comunidade será melhor atendida, a pesquisa avançará e muitas causas de morte poderão ser esclarecidas.

REQUERIMENTO Nº 2346

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Esportes, Elson Gracia, expediente pleiteando a liberação de recursos financeiros na ordem de seis milhões de cruzeiros, para o término do Ginásio de Esportes de Guamiranga, no município de Imbituva.

Tal pleito é de fundamental importância, pois aquele ginásio de esportes, será o ponto de convergência de todos os eventos locais, fundamentalmente a prática do desporto que atenderá a enorme clientela juvenil atualmente existente.

Isto posto, aguarda os devidos encaminhamentos para com o pedido declinado.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2347

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER À Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. João Santana, Ministro de Estado da Infra-Estrutura, no sentido do estabelecimento de convênio entre o Sistema Nacional de Habitação e o Município de Irati, para a construção de 400 casas populares.

De iniciativa do Excelentíssimo Sr. Vereador Elgar Fenianos Gomes, tal postulação se faz com justiça, pois é crescente a cada dia que passa, os níveis de empobrecimento da população de uma forma em geral, face à conjuntura econômica em que vivemos.

Descapitalizado, o nosso trabalhador não possui recursos financeiros sequer para pagar os aluguéis, quanto mais adquirir sua casa própria através das vias normais

de financiamento dos bancos particulares.

Sua única esperança e perspectiva é efetivamente o Sistema Nacional de Habitação, com os recursos subsidiados para tais fins.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2348

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente ao Excelentíssimo Dr. Nizan Pereira, MD. Secretário da Saúde, no sentido de que seja designado para o Município de Irati, Centro de Saúde, um profissional médico especialista em cardiologia para atender a pacientes necessitados, bem como operar equipamento eletrocardiógrafo.

Com uma clientela extremamente grande, no que concerne à especialidade de Cardiologia, o Centro de Saúde do Município de Irati vem reivindicando há muito tempo a designação do profissional, para atender inúmeras necessidades na área de cardiologia.

O pleito é de tamanha premência que o município já colocou à disposição do Centro de Saúde, equipamento avançadíssimo (eletrocardiógrafo), com a finalidade de atender ao profissional especializado.

Outrossim, destaca que tal equipamento encontra-se a certo tempo parado, justamente por não ter alguém que o manipule.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2351

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente oficial ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando a inclusão de verbas orçamentárias para o exercício de 1992, visando a conclusão do Contorno Sul de Rolândia e da Rodovia Rolândia/Pitangueiras.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

A conclusão dessas obras é prioridade regional, uma vez que sua paralisação atual somente vem prejudicando as etapas já construídas.

O Contorno Sul de Rolândia é parte integrante da duplicação da BR-369, entre Londrina e Maringá. Todos os demais contornos de cidades importantes já estão concluídos e apenas o contorno de Rolândia encontra-se em abandono. O problema não é só de Rolândia, mas regional; afunilam-se neste município, cerca de 15.000 veículos

diários.

O fluxo de trânsito está livre e apenas no Contorno de Rolândia, inacabado, lançando o movimento para dentro da cidade.

Não é concebível que permaneça paralisada uma obra em tão avançado estágio de construção. Esse contorno é indispensável.

Quanto à rodovia Rolândia/Pitangueiras, igualmente está paralisada e se deteriorando a parte já concluída. Trata-se de rodovia de escoamento de grande região agrícola. É também indispensável à integração regional.

A inclusão dessas duas obras inacabadas no Orçamento do Estado para o ano de 1992, é medida de ordem econômica, para aproveitamento das partes já concluídas. São obras de grande alcance social cuja paralisação cada vez mais provoca problemas.

O governo não pode ficar insensível a esses problemas da região Norte do Estado.

REQUERIMENTO Nº 2353

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Deputado Djalma de Almeida César, DD. Secretário do Trabalho e da Ação Social, objetivando a destinação de um veículo Volkswagen, tipo Kombi, para ser utilizado exclusivamente no transporte dos idosos enfermos daquela entidade.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à Sociedade São Vicente de Paulo, na pessoa da Sra. Antônia Lienis Demarque, no seguinte endereço: Praça Castelo Branco, 873, Marialva-PR, CEP 86990.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade São Vicente de Paulo de Marialva, está em efetivo funcionamento e tem por finalidade atender aos idosos em seus problemas fundamentais prestando assistência social e caritativa, proporcionando condições adequadas para a plena realização das funções básicas para sua melhor sobrevivência.

O município de Marialva conta com grande população rural idosa, carente de assistência médica, e essa população sem recursos até de locomoção, depende do atendimento das entidades assistenciais.

Em razão dos motivos e dos documentos em anexo, espera-se que esta Secretaria desenvolva medidas que assegurem o que ora é solicitado.

REQUERIMENTO Nº 2354

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante

subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para que reconsidere a proposta de desativação dos Centros de Língua Estrangeira (CELEM's), a pretexto de se incluir na grade curricular das escolas estaduais as línguas de Alemão, Árabe, Espanhol, Francês, Hebraico, Inglês, Italiano, Japonês, Polonês e Ucraniano.

Que do teor do presente dê-se ciência às associações de professores de Alemão, Espanhol, Italiano, Francês e Inglês, no Paraná.

Sala das Sessões, em 17.09.91

(a) ALGACI TOLIO

JUSTIFICATIVA:

Tem-se conhecimento de proposta da Secretaria de Estado da Educação, através da FUNDEPAR, de desativação dos Centros de Língua Estrangeira, CELEM's, a partir de 1991, a pretexto de se implantar na grade curricular das escolas estaduais as seguintes línguas: Alemão, Árabe, Espanhol, Francês, Hebraico, Inglês, Italiano, Japonês, Polonês e Ucraniano.

O objetivo final do CELEM é a inclusão das línguas estrangeiras modernas na grade, possibilitando a diversificação da oferta. No entanto, é prematura a sua desativação total já em 1992, uma vez que:

I. Os alunos do CELEM não oriundos de diversas escolas, o que facilita a formação de turmas. Se uma escola que queira ofertar a Língua Estrangeira na grade não tiver o número mínimo de alunos, fixado pela SEED, não poderá completar a turma com estudantes de séries diferentes nem de outras escolas.

II. Fica excluída a possibilidade de o aluno optar por uma língua na grade curricular e outra no CELEM.

III. As propostas de mudanças nas grades curriculares dependem exclusivamente dos diretores das escolas e o término do prazo para alterações das mesmas é 30 de setembro próximo. Nessa data, os diretores ainda não terão conhecimento do resultado do Concurso Público para o Magistério de 1º e 2º graus e não saberão quais os professores de que o Estado disporá em 1992. Pode-se prever um impasse: sem o conhecimento do número de professores disponível, sem tempo hábil para mudança da grade e com os CELEM desativados, ficará banida a diversificação na oferta de línguas estrangeiras modernas.

IV. A Lei 5692/71 já previa a diversificação do ensino de línguas estrangeiras modernas. Não obstante, os professores vivenciaram o seu quase desaparecimento do currículo. Acontece que muitos diretores e secretárias, mesmo tendo alunos optantes por línguas estrangeiras diferentes e

professores disponíveis, preferiram optar por uma única língua.

V. Não havendo mercado de trabalho para os professores, a procura pela licenciatura em língua estrangeira moderna diminuiu a ponto de alguns cursos terem sido extintos nas faculdades. Com a criação do CELEM, ressurgiu um mercado de trabalho, mas a formação do profissional para atendê-lo é um processo que demanda um certo tempo.

Diante disso, evidencia-se o equívoco que representa a proposta de extinção dos CELEM's em 1992, principalmente porque não há a menor garantia de êxito da nova proposição da SEED para o ensino de línguas estrangeiras modernas. A implantação da nova grade, coexistindo com os CELEM's, sim, proporcionaria uma verificação prática do projeto e caso confirmada sua eficácia, apontaria para a extinção gradual dos CELEM's.

REQUERIMENTO Nº 2355

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, no forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado ao Secretário de Desenvolvimento Urbano, solicitando a inclusão no Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana a dotação das áreas de manancial de equipamentos e infra-estrutura urbana, a fim de atender às necessidades da população.

Que seja fixada, dentre as prioridades, a implantação de sistema de abastecimento de água na Vila Maria do Rosário, localizada no Município de Colombo, neste Estado, instalada às margens do Rio Palmital e assim impedida de receber tratamento da SANEPAR sem ter sido fixada como diretriz pela SEDU.

Que do teor do presente dê-e ciência ao Senhor Dalaor Ribeiro (R. Rocha Pombo, 48, Atuba, Colombo) e ao Prefeito Municipal e Vereadores de Colombo.

Sala das Sessões, em 17.09.91

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Há muito tempo que a população residente na Vila Maria do Rosário, em Colombo, reivindica o serviço de abastecimento de água através da SANEPAR.

Neste sentido, encaminhamos requerimento à SANEPAR, através do ofício 6783/91/DA/CEA/SC, em 20 de junho de 1991, recebendo como resposta (anexo) a informação de que por estar em área de manancial, constituindo portanto área de proteção especial, conforme o contido no Decreto Estadual nº 2964, de 19 de setembro de 1990, a mesma não está enquadrada nas disposições da Lei 6766 para parcelamento do solo

para uso urbano. A SANEPAR, para qualquer procedimento visando a atender à reivindicação da população da Vila Maria do Rosário, depende das diretrizes a serem definidas no Programa de Saneamento Ambiental da região Metropolitana de Curitiba.

REQUERIMENTO Nº 2356

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO, ser permitido o transporte nas Rodovias de pavimentação asfáltica até 27 toneladas;

CONSIDERANDO, que o veículo com excesso de carga provoca maior desgaste sobre as Rodovias, diminuindo em muito sua vida útil;

CONSIDERANDO, que esse fato provoca alta nos custos operacionais;

CONSIDERANDO, que do excesso de carga é lançada multa somente ao proprietário do veículo transportador;

CONSIDERANDO, que o motorista muitas vezes não tem como controlar o carregamento até a tonelagem permitida;

CONSIDERANDO, que a contratante da carga eventualmente poderá dispensar o veículo cujo motorista nega carregar acima das 27 toneladas permitidas;

REQUER; após ouvido o Nobre Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Ministro da Infra-Estrutura, Senhor João Santana, solicitando estudos no sentido de co-responsabilizar a empresa contratante de transporte que voluntariamente exceder no carregamento da tonelagem permitida, respondendo por 50% do valor da multa aplicada.

Sala das Sessões, 17.09.91

(a) DALTON MACHUCA.

JUSTIFICATIVA:

A empresa contratante de transporte, às vezes inobservando o limite máximo do peso permitido, carrega de forma excessiva. Esse fato ocorre, porque não é responsabilizada pela infração porventura cometida.

Essa ação é danosa porque as Rodovias já estão em estado precaríssimo de trafegabilidade, por certo sofrerão ainda mais com o excesso de peso, considerando, apenas para efeito ilustrativo, que a recuperação de um quilômetro de rodovia asfaltada custa em torno de US\$ 150 mil.

Visa também a presente sugestão, aumentar o fluxo de riqueza, ou seja, a empresa contratante do transporte sendo co-autora da ilegalidade, também fiscalizará para não ser ultrapassado o limite do peso, logo, aumentará o número de caminhões que receberão o frete.

A divisão na responsabilidade pela multa, inibirá essa atitude perniciosa, devendo ainda, propiciar estudo e mecanis-

mo de criar um sistema de multa que coíba de forma eficaz o excesso do carregamento, bem como a reincidência, se houver.

REQUERIMENTO Nº 2357

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Nobre Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Mario Pereira, solicitando conclusão da obra, de acordo com o projeto original, do viaduto de acesso ao Núcleo Santa Terezinha, sobre a Rodovia PR-151 (Av. Presidente Kennedy - contorno), em Ponta Grossa.

Requer outrossim, da decisão seja dada ciência aos Excelentíssimos Senhores Pedro Wosgrau Filho, Digníssimo Prefeito Municipal e Givaldo Alves, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17.09.91

(a) DALTON MACHUCA.

JUSTIFICATIVA:

Os aterros já estão concluídos, porém deteriorando-se em virtude da erosão, de forma que persistindo essa situação, trará maior prejuízo a obra já executada.

Outro aspecto relevante, é facilitar o deslocamento dos moradores do Núcleo Santa Terezinha, via bairro da Rorda, inclusive tornando-se opção de acesso rápido para viaturas da Polícia Militar a vários bairros e a PR-151, uma vez que, o Quartel está instalado nas proximidades.

REQUERIMENTO Nº 2360

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, membros da Bancada Estadual do P.S.D.B., no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. João Santana, Ministro de Estado da Infra-Estrutura, no sentido de determinar estudos para a duplicação da BR-277 no trecho CASCAVEL a FOZ DO IGUAÇU.

Requerem outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Senador José Richa e aos Deputados Federais Wilson R. Moreira, Rubens Bueno, Flavio J. Arns e Paulo Munhoz da Rocha.

Sala das Sessões, 17.09.91

(aa) HEINZ HERWIG;

ANTONIO ANNIBELLI;

ANTONIO SWAROWSKI;

JOSÉ TADEU LÚCIO MACHADO.

JUSTIFICATIVA:

A quantidade de veículos supera a ordem de 6.000 (seis mil) diariamente pela Rodovia BR-277 no trecho Cascavel a Foz do Iguaçu. A estatística, pela Prefeitura de Cascavel, atesta que nos últimos (8) oito meses foram registrados 374 acidentes, en-

volvendo 707 veículos com 54 mortes e 313 feridos, número que está em constante elevação.

Estes dados são uma pequena mostra que por si só justifica a programação prioritária da duplicação da BR-277 no trecho CASCAVEL a FOZ DO IGUAÇU.

Trata-se de uma questão de justiça atender às reivindicações dos produtores e empresários do Oeste Paranaense e notadamente os empresários do setor de turismo de todo o país. Há de se lembrar que o Paraná tem atendido o apelo da União e concentra o seu trabalho na produção de alimentos visando, principalmente, trazer divisas para o País. Devemos considerar ainda o alto estágio de desenvolvimento em que se encontra o Oeste Paranaense com grande destaque para o setor de turismo, além do transporte pesado de origem paraguaia.

Ao encarecermos a duplicação da BR-277 no trecho Cascavel a Foz do Iguaçu devemos centrar nossas preocupações no fato de que o Paraná vive período excepcional de sua história, habitado por um povo otimista e autoconfiante.

Somos um Estado próspero, que dá grande contribuição aos esforços brasileiros de desenvolvimento. Usufruímos uma fase de acentuado crescimento num contexto nacional desfavorável.

O progresso do Oeste Paranaense exige celeridade nas nossas deliberações para atender a caminhada rumo a um novo e grandioso futuro, mas para tanto é urgente, é imperioso que se efetive a duplicação do citado trecho da rodovia BR-277, para podermos manter diálogo franco, aberto e permanente com as autoridades federais, donde dimanar todo o poder de execução da obra que estamos solicitando.

REQUERIMENTO Nº 2361

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, membros da Bancada Estadual do PSDB, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, em caráter de urgência, ao Excelentíssimo Senhor Doutor João Santana, Ministro de Estado da Infra-Estrutura, no sentido de determinar estudos para rever a decisão para inclusão, no Orçamento Geral da União, da BR-376 e BR-116, bem como o Contorno Leste de Curitiba.

Requerem, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião, bem como a toda a Bancada Paranaense no Senado e Câmara Federal.

Sala das Sessões, em 17.09.91

(aa) ANTONIO ANNIBELLI;

HEINZ HERWIG;

ALCEU SWAROWSKI;
JOSÉ TADEU LÚCIO MACHADO.

JUSTIFICATIVA:

Surpreendidos ficamos ao tomarmos conhecimento pelo Engenheiro Rii Nakamura, Diretor Geral do D.N.E.R. publicado na 3ª página da GAZETA DO POVO de hoje, sob o título "PARANÁ NOVAMENTE DISCRIMINADO NA DIVISÃO DE RECURSOS FEDERAIS".

Segundo aquele engenheiro, mais uma vez o Paraná fica fora na divisão do bolo orçamentário do Governo Federal e obras rodoviárias consideradas da maior importância como a BR-116 e BR-376 que deixarão de ser privilegiadas com recursos no orçamento federal para o próximo exercício.

O Paraná não se conforma com a paralisação das obras de duplicação da BR-376, trecho CURITIBA-GARUVA e PR-116 na região do Pinheirinho até Quatro Barras.

Todos os segmentos da sociedade paranaense desejam, e a Bancada Estadual do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) solicita, em caráter de urgência, providências conjuntas no sentido de reverter a situação, pois estamos assistindo ao agravamento do problema com rodovias como a BR-116 e BR-376 de alto volume de tráfego de veículos transportando a riqueza do país, continuando ceifando vidas diariamente.

Lideranças políticas e a sociedade representativa do Paraná, que receberam revoltadas a notícia da qual gerou justificável pânico em todo o Estado. Os prejuízos com a paralisação dessas obras são incalculáveis, afetando a vida econômica e social de toda a região sul, razão porque encarecemos a determinação de estudos urgentíssimos no sentido de que seja reconsiderada a decisão que, uma vez mantida, causará altos prejuízos, além de um verdadeiro drama social em todo o Sul do País num momento em que a situação já é extremamente grave para se tornar uma medida tão drástica em relação ao Paraná.

Outro fato que deve ser levado em consideração é que o Paraná tem dado a sua cota de sacrifício em benefício da União e em contrapartida suas reivindicações mais primárias às vezes são relegadas a um segundo plano. É preciso que se façam estas colocações para justificar o crime que se pretende cometer contra o Estado do Paraná. As únicas justificativas que poderiam se levantar quanto ao problema seriam as últimas campanhas e denúncias do Senhor Governador Roberto Requião quanto ao tráfico de influências e intermediações na liberação de verbas federais. Porém essas denúncias são motivo de orgulho para a tradição do povo paranaense, por representarem um Estado sério e honrado que abomina a corrupção e não mercadeia o civismo. Num País sério, talvez isso seria motivo

para o Paraná ser tratado com mais respeito.

Esperamos que a Bancada Federal deixe de lado pequenas questões pessoais e una-se à causa paranaense.

A manifestação desta Casa se impõe, principalmente pelo que representam para a economia do país as BR-116 e 376, bem como o Contorno Leste de Curitiba.

REQUERIMENTO Nº 2332

Senhor Presidente.

A Comissão de Segurança Pública, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei nº 255/91, ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo Art. 28, inciso XII, combinado com o Art. 131, ambos na Resolução nº 159/90, que, independente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência encaminhar à Secretaria de Estado da Segurança Pública, a fim de que a mesma se pronuncie a respeito das condições de aplicabilidade de iniciativa, quando transformada em lei.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 2364

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, após ouvido o douto Plenário e;

CONSIDERANDO A notícia veiculada nesta data pelo "Jornal Indústria e Comércio" (Coluna de Luciano Omega) dando conta de que a Secretaria de Estado da Cultura teria devolvido aos cofres públicos, recentemente, a quantia aproximada de Cr\$... 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), sob a alegação de que não havia necessidade de aplicá-los (nota anexa);

CONSIDERANDO Que é de conhecimento público a carência de recursos para o desenvolvimento de projetos de caráter cultural como, por exemplo, a Reforma do Teatro José Maria Santos, paralisada sob a alegação de que dos Cr\$ 200 milhões necessários para a realização da obra, a Secretaria só dispunha de Cr\$ 60 milhões.

REQUER, o envio à Excelentíssima Senhora Gilda Poli, Secretária de Cultura do Estado do Paraná, o seguinte:

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

I - Há procedência na informação publicada pelo jornal Indústria e Comércio, desta data (16/09/91) dando conta da devolução de recursos orçamentários pela Secretaria sob o argumento na inexistência de necessidade de aplicá-los?

II - Em caso afirmativo:

- Qual o valor e a data da devolução?

- Quais os critérios para avaliação da inexistência da necessidade de aplicação

dos recursos?

III - Quais as ações desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Cultura no sentido de obter recursos adicionais para conclusão das obras de reforma do Teatro José Maria Santos?

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) ALGACI TULIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 412/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO DE QUINTA DO SOL - ADESOL - com sede no Município de Quinta do Sol, Comarca de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná;

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Desenvolvimento Comunitário do Município de Quinta do Sol, é entidade dotada de personalidade Jurídica e sem fins lucrativos, reconhecida de Utilidade Pública através de Lei municipal nº 012/91.

Sua finalidade efetivamente, é a de desenvolver ações de fins sociais, buscando o amparo da população carente.

Com este fito, faz-se necessário seu reconhecimento a nível Estadual, como entidade de Utilidade Pública, pois, aquela Associação necessita captar recursos junto aos diversos órgãos, para dar continuidade a sua missão filantrópica.

Nesta ordem de idéias, solicito apoio ao Ndbres pares nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 413/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - É facultativo o uso de uniforme escolar para os alunos dos estabelecimentos da rede estadual de ensino de 1º e 2º graus.

§ 1º - A adoção do uniforme escolar, em cada estabelecimento da rede estadual de ensino, será decidida pelo Conselho Escolar, e terá validade por 4 (quatro) anos.

§ 2º - Findo esse prazo, o Conselho Escolar decidirá sobre a continuidade, ou não, da adoção do uniforme escolar.

§ 3º - Decidida novamente a adoção do uniforme escolar, o período de adoção será

sempre por 4 (quatro) anos.

Art. 2º - Fica, por esta lei, revogado o artigo 3º da Lei nº 7.962, de 22 de novembro de 1.984.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) JOSÉ ALVES

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 7.962, de 22/11/84, diz o seguinte:

Art. 3º - "Fica proibido em todos os estabelecimentos da rede estadual de ensino a obrigatoriedade do uso de uniforme escolar."

A partir dessa lei, o uso do uniforme escolar nos estabelecimentos estaduais de ensino vem desaparecendo, porque não é mais obrigatório. Usa, se quiser, o aluno.

Quase quatro anos depois, veio a nova Constituição da República Federativa do Brasil, em 05 de outubro de 1988. E a Constituição Federal diz o seguinte.

Art. 206 - "O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

.....
VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

.....
A Constituição Estadual vigente, em seu artigo 178, repete esses princípios, elucidando-os um pouco mais:

Art. 178 - "O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para acesso e permanência na escola, vedada qualquer forma de discriminação e segregação;

.....
VI - gestão democrática e colegiada das instituições de ensino mantidas pelo Poder Público Estadual, adotando-se sistema eletivo, direto e secreto, na escolha dos dirigentes, na forma da lei;"

.....
Tentando dar uma gestão democrática e colegiada às instituições de ensino mantidas pelo Poder Público Estadual, a Secretaria de Estado da Educação, pela Resolução nº 2.000/91, de 11/06/91, publicada no Diário Oficial do Estado em 05/09/91, resolveu criar o Regimento Escolar Único para os estabelecimentos da rede pública estadual de ensino, e dentro desse Regimento criou o Conselho Escolar, um órgão colegiado.

No preâmbulo do Regimento lê-se o seguinte:

"Tendo em vista a instauração da democracia em nosso País, nesta última década, o Governo Estadual, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, pretende reestruturar a Escola Pública do Paraná, através de medidas que viabilizem o

exercício democrático" (grifamos).

O Regimento Escolar Único, tratando sobre o Conselho Escolar, diz o seguinte:

Art. 9º - "O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e fiscal, com o objetivo de estabelecer para o âmbito da escola, critérios relativos à sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a comunidade, nos limites da legislação em vigor e compatíveis com as diretrizes e política educacional traçadas pela Secretaria de Estado da Educação".

Art. 18 - "São atribuições do Conselho Escolar:

.....

III - analisar projetos propostos por todas as categorias que compõem a comunidade escolar, no sentido de avaliar sua necessidade de implantação, e aprovar se for o caso".

.....

Ao apresentarmos o presente Projeto de Lei, que "torna facultativo o uso do uniforme escolar nos estabelecimentos estaduais de ensino de 1º e 2º graus", tivemos em mente democratizar a escolha de seu uso, ou não, nas escolas, isto é, cada uma de per si. Seguimos os parâmetros da Constituição Federal, em seu art. 206, I e VI, e da Constituição Estadual, no seu art. 178, incisos I e VI. Tomamos, também, por base os princípios lançados no Regimento Escolar Único, e atribuímos a tarefa da escolha ao Conselho Escolar, tudo dentro das normas estabelecidas por esse Regimento, tanto em seu art. 9º, como em seu art. 18, inciso III.

É evidente que o Regimento Escolar Único não poderia fazer alusão à escolha de uniforme escolar pelo Conselho Escolar, porque o uso obrigatório do uniforme escolar está proibido por lei estadual, e somente outra lei estadual poderia revogar esse dispositivo arbitrário e, atualmente, inconstitucional, o do art. 3º, da Lei n. 7.692/84.

Tomamos como parâmetro para adoção de um determinado uniforme escolar o período de 4 (quatro) anos, com o objetivo de não onerar demais as famílias dos alunos, caso o uniforme escolar fosse trocado cada ano, ou cada dois ou três anos.

Indispensável é relatar aqui, Senhores Deputados, Senhor Presidente, que o uniforme escolar nivela os alunos de uma determinada escola, dentro da "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, vedada qualquer forma de discriminação e segregação" (Cf. inciso I, do art. 178, da Const. Est.). Sem o uniforme escolar, ressaltam-se as diferenças de classes sociais, com ostentação de melhores roupas e calçados dos que podem mais, em detrimento dos mais humildes, sem condições

para um melhor guarda-roupa em sua casa, se assim fossem permitidas comparações. Os pobres, nem guarda-roupas têm!

Ainda mais, com os problemas sociais gerados a cada dia em torno das escolas, a identificação dos alunos é sumamente importante, mesmo até para se prevenir contra os que não são alunos das escolas e que a procuram por motivos escusos. O uniforme escolar é também um sinal de identificação dos alunos de uma determinada escola, e isso facilita o trabalho dos que a dirigem e coordenam.

Democracia é deixar a decisão a quem de direito. Ao Conselho Escolar de cada escola compete decidir sobre o uso do uniforme escolar, ou não. É isto que queremos por esta lei.

É o que tínhamos a justificar.

PROJETO DE LEI Nº 414/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Denomina de JOÃO FRANCISCO SIQUEIRA, a PR-281 que liga o Município de Antônio Olinto à BR-476.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Prestar uma homenagem a um trabalhador, é sempre gratificante. A pedido da Comunidade de Antônio Olinto estamos propondo a denominação da PR-281, que liga Antônio Olinto à BR-476.

João Francisco Siqueira muito fez pelo Município de Antônio Olinto, mesmo antes do atual Município existir juridicamente. Antônio Olinto era Distrito do Município da Lapa e já o Sr. Siqueira participava em prol da Comunidade local, buscando benefícios para que os que ali residem obtivessem o necessário para a melhoria da qualidade de vida.

Em sua atuação como Vereador e Prefeito muito lutou para que Antônio Olinto se incorporasse ao todo do Paraná, com a melhoria dos transportes, saneamento, comunicações etc.

Dados Biográficos de João Francisco Siqueira

Nascido em 12 de setembro de 1911 na localidade de Água Amarela de Cima, Município de Antônio Olinto. Casado com Maria Rodrigues Siqueira com quem teve nove filhos, os quais lhe deram 36 netos e 23 bisnetos. Morador na localidade de Lagoa da Cruz-Município de Antônio Olinto-PR, desde 1919, sendo um dos fundadores da Co-

munidade; fundador da 1.^a Igreja, Escola e campo de futebol.

Foi um dos fundadores do Clube da Amizade e Rádio Legeriária da cidade da Lapa, Clube que até hoje é mantido da Rádio.

Cargos Eletivos que exerceu:

Vereador pelo Município da Lapa;

Vereador por Antônio Olinto por duas legislaturas;

Prefeito por Antônio Olinto.

Em sua atuação política lutou pela construção da Rodovia de acesso Antônio Olinto até a BR-476, Sistema de eletricidade e água tratada para a cidade de Antônio Olinto.

João Francisco Siqueira faleceu em 14 de dezembro de 1990.

PROJETO DE LEI Nº 415/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Deputado "Ernesto Dall'Oglio".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) DULCIO GENARI

PROJETO DE LEI Nº 416/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Deputado "Egon Pudell".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) DULCIO GENARI

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Firda a leitura do expediente.

Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Falaremos hoje de uma obra rodoviária de suma importância, não apenas para a vida de Rolândia, dos Municípios vizinhos, mas também de importância para o Estado do Paraná, que é o contorno Sul de Rolândia. Uma obra realmente necessária, cujo início de construção aconteceu no Governo Álvaro Dias, sob o comando do competente Secretário de Transportes da época Heinz.

Eu dizia da importância desta obra e apenas o Município de Rolândia não tem a felicidade de ter aquela obra concluída.

Em todos os outros Municípios da região, - se a obra não foi ainda concluída, está prestes a acontecer.

De Rolândia entretanto, se arrasta há mais de dois anos, quase três anos e aquela obra encontra-se paralizada. E vejam da importância que por ali trafegam acerca de 15 mil veículos, cortando no dia a dia uma das vias importantes da cidade de Rolândia.

Se faz necessária urgentemente a sua construção e gostaríamos que houvesse a sensibilidade do Senhor Governador do Estado e da Secretaria dos Transportes, para que recursos fossem alocados para 1992, para execução e conclusão desta obra rodoviária se faz necessária.

Digo isto, porque acidentes múltiplos vêm acontecendo no trajeto da via Presidente Vargas do Município de Rolândia. E, esta obra não é possível que não venha a acontecer em 1992, não obstante o Senhor Governador haver declarado que obras rodoviárias não têm procedência em sua administração. Mas cremos, que uma obra daquela envergadura é necessário que tenha sim uma preferência, que tenha uma prioridade, porque, como dizia no início, são 15 mil veículos que trafegam por aquela via Presidente Vargas, causando perplexidade, causando embaraços, causando mortes e acidentes múltiplos.

Por isto, nós estamos encaminhando ao Senhor Governador do Estado, com cópia para o ilustre Secretário dos Transportes, que seja ainda alocado em tempo, recursos necessários para execução daquela obra rodoviária, que ao nosso ver, não apenas a nosso ver, que todos os senhores Deputados da região, a quem pedimos também colaboração neste sentido, para que de fato haja alocação de recursos necessários para a execução, para o término daquela obra Rodoviária de importância.

Não só Rolândia eu dizia no início, Arapongas, Cambé, Apucarana, Londrina, todos que trafegam por aquela estrada, tenham a necessidade de um encaminhamento mais rápido, tenham necessidade de melhores condições de tráfego. E é uma estrada federal, uma estrada de alto tráfego, e se faz necessária a sua construção.

Uma outra obra importante, que também estamos pedindo a alocação de recursos é uma Rodovia Municipal, que liga Rolândia ao Distrito de Pitagueiras, onde também se faz necessário, naquela rodovia que tem um tráfego muito pesado, do transportes de cana para a industrialização do álcool, na cooperativa agropecuária de Rolândia, na destilaria da cooperativa.

Por isto, Senhores Deputados, estamos encaminhando aquele requerimento, pedindo apoio dos Senhores para uma obra que, de fato, precisa ser executada em 1992.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, ainda, concedemos a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

O que me traz à tribuna, hoje, é uma homenagem que queremos fazer à memória de um cidadão que foi assassinado há 20 anos atrás.

Foi assassinado no Município de Pintada, aliás, povoado de Pintada, e Município de Oliveira dos Brejinhos, no Estado da Bahia. E foi ele assassinado por Nilton Cerqueira, na época Chefe do DOI-CODI da Bahia, que comandava a caça através de uma equipe chamada "Equipe Cão".

Naquela ocasião, Nilton Cerqueira comandava uma tropa de 215 homens, aviões e helicópteros do Exército, Marinha, Aeronáutica, DOI-CODI, DOPS e Polícia Federal; contra dois cidadãos famintos, doentes, de roupas esfarrapadas, que não tinham condições de resistir. Era o metalúrgico José Campos Barreto, conhecido como "Zequinha", que há três dias carregava sobre as costas o Comandante Carlos Lamarca, que hoje nós sabemos e temos a absoluta certeza de que foram assassinados, uma vez que uma tropa deste porte não tinha intenção de pegá-los, porque, se quisessem, era muito fácil, pois os dois não tinham condições de resistir a absolutamente nada.

E foram assassinados pela tropa comandada por Nilton Cerqueira e o Delegado Fleury. Mas, antes disso, deste assassinato, nós queremos relatar o que sofreu o pai de "Zequinha" nas mãos desta tropa.

Diz, no Jornal do Brasil de ontem, a declaração do Senhor José Barreto, hoje com 84 anos de idade: "Vi aqueles homens rolando minha casa, às seis horas da manhã, um dia de sábado, bem na hora em que Maria das Dores tinha saído. Era um ataque do Esquadrão da Morte, chefiado pelo Delegado Sérgio Fleury. Atacaram minha casa. Balearam o Glorico, outro filho. O Otoniel tentou fugir e foi metralhado. Me chutaram, me bateram, me perduraram no pau-de-arara para eu contar onde estava o Lamarca. E eu não sabia quem era o Lamarca. Durante uma semana, todo o dia, fui obrigado a ir junto com o Dr. Fleury para encontrar o Zequinha e mais este Lamarca. O Dr. Barreto ia montado na melhor burra da cidade, que era do Dr. Valter.

Eu tinha que seguir de jegue, atrás do Prefeito, o policiamento atrás de mim. Já tinha um filho morto, outro baleado, no hospital. E me vi na condição de procurar mais gente de minha família, para morrer".

Continua, ainda, o pai de Zequinha: "Tomaram conta da minha casa, no quarto

dos meninos montaram um depósito de armamento. O Fleury dormia na minha cama. Roubaram todo o dinheiro que eu tinha guardado. Fui reclamar com o Fleury e ele respondeu que onde havia muita gente, tinha gente boa e gente que não presta. Levaram até um aparelho velho de barbear que eu tinha. No outro dia, quando estavam levando embora tudo o que eu tinha em casa, o Fleury ainda perguntou: E não tem nada para mim? Só tinha sobrado uma camisa velha minha, mas ele não quis. Carregaram meus arreios, chicotes, esporas, martelos, mantas, umas pedras bonitas de cristal que eu tinha o que eu tinha em casa, saquearam tudo!

Essa era a tropa comandada".

Termina este artigo com uma declaração do Senhor José Barreto, e diz ele: "Se esse Fleury tivesse 50 vidas merecia perder todas, uma a uma, morrer 50 vezes".

E, em meu nome e em nome do Partido dos Trabalhadores concordo plenamente que se Fleury tivesse 50 vidas merecia morrer todas, e assim mesmo não pagaria os crimes que ele cometeu na chamada defesa da Pátria, quando a Pátria não necessitava desses cadáveres! Mas o que ele deferia era o interesse de um grupo da elite brasileira e do Exército Brasileiro.

Por isso a nossa homenagem, neste dia, ao Capitão Lamarca, que temos absoluta certeza, será herói da nossa Pátria assim como é Tiradentes e o são muitos outros.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No final desta semana estivemos visitando alguns companheiros nos Municípios de Londrina, Rolândia, Cambé, Bela Vista, e ouvimos, reclamações diversos pela situação em que se encontram os trabalhadores do Serviço Público deste Estado.

Mas o fato mais constrangedor, o fato que mais nos preocupou, naquela oportunidade foram os reclamações da cidade de Londrina com relação à situação em que se encontra o Hospital Universitário. É uma preocupação incrível, daquela comunidade, dos órgãos de comunicação, daquela cidade e região, pela situação lamentável em que se encontram o Hospital Universitário e a Universidade Estadual de Londrina.

Uma preocupação daquela cidade com os desdobramentos futuros, pela falta de investimento e pelo respeito que merece Londrina, a segunda cidade do Paraná, que hoje atende a toda uma vasta região, a todo o Paraná e ao País!

Outro fato bastante crítico que pode-

nos presenciar, na cidade de Londrina foi a situação do Instituto Médico Legal, inclusive hoje o Jornal de Londrina traz que o diretor do Instituto Médico Legal pede demissão. Pede demissão pelas condições desumanas e críticas em que se encontra aquele Instituto. Nós estivemos, in loco, visitando o Instituto. É algo estarrecer! Aqueles açougues, ditos de fundo de quintal, devem estar em melhores condições que o Instituto Médico Legal de Londrina, e isso é tremendamente lamentável.

E, baseando-nos no que podemos ver na cidade de Londrina, que temos certeza não merece este tipo de tratamento, assim como a região, nós estamos apresentando hoje requerimento com a seguinte súmula:

(O requerimento em referência foi lido no expediente e levou o n. 2331).

Em que pese a falta de condições é de ressaltar o empenho que os profissionais lotados no instituto prestam um bom serviço, os corpos, infelizmente, só foram liberados para o funeral depois que os familiares pagaram do próprio bolso o formol utilizado no serviço.

Eu gostaria de usar o horário do Partido Senhor Presidente.

É lamentável Senhores Deputados a situação e o tratamento que se tem para com aquele instituto e o povo que está precisando daquele atendimento: como nós podemos assistir também de perto uma situação crítica e lamentável hoje do presidiário de Londrina. E nós fazemos também a seguinte indicação a esta Casa:

(A indicação foi transformada em requerimento. Levou o n° 2358-A, já lido no Expediente).

Nós estamos encaminhando às comissões competentes da Casa esta indicação para que logo verifiquem a denúncia que estamos fazendo e que podemos comprovar, pela preocupação da comunidade londrinense, que temos certeza que trazendo prejuízo a Londrina, nós estamos revertendo este prejuízo a todas as cidades interioranas que necessitam dos trabalhos, necessitam do atendimento daquela região, que é a metrópole, queiramos ou não, a segunda maior metrópole deste Estado.

O Sr. José Tavares - Deputado, apenas para informar Vossa Excelência e à Casa, que, na sexta-feira, em Mandaguá, quando o Governador Roberto Requião instalava o Governo, eu tive oportunidade de acompanhar o Reitor João Carlos Thomson numa audiência demorada com Sua Excelência o Governador, em cuja oportunidade também se fazia presente o Secretário de Ensino Superior, Maurício Fruet, e ficou estabelecido, para nossa alegria, que o Governo, através do Secretário Maurício Fruet e a Reitoria, através do Reitor João Carlos

Thomson, sentariam para encontrar soluções que pudessem melhorar esta situação difícil por que passa mais uma vez o nosso importante Hospital Universitário.

Eu digo mais uma vez, porque quando era Deputado Estadual aqui - na década de 70, eu fui relator de uma CPI sobre as condições do H.U. e o H.U. melhorou muito daquela época para cá, mas a gente sabe que a situação dele dentro de um contexto geral que é a universidade, é uma situação muito difícil e nós estamos realmente preocupados.

E com relação ao IML eu quero cumprimentar a V.Exa. Esse é um dos problemas mais crônicos da nossa cidade, lamentavelmente. Hoje ainda nós temos 4 ou 5 médicos que foram inicialmente contratados - a título precário - e que, na sequência, se submeteram a um concurso público porque na carreira policial civil somente se ingressa através de concurso público e melhorou um pouco as condições do IML. Mas, lamentavelmente, a cidade cresceu demais, e as condições do IML infelizmente deixam muito a desejar.

Eu parabeno V.Exa. e hoje ainda já encaminhei um expediente ao Secretário da Segurança e ao Delegado Geral da Polícia narrando basicamente o que V.Exa. narra e solicitando que designe, em caráter de urgência e temporário, médicos legistas que estão aos montes aqui em Curitiba, em torno de 50, quando na cidade de Londrina que é a segunda maior do Estado, nós temos deficiência de médicos legistas.

É esta, Sr. Deputado, a razão do meu aparte, porque não é de hoje que a gente assiste falta de médico legista em Londrina e excesso de médico legista aqui em Curitiba.

Eu espero que neste aspecto a Secretaria de Segurança Pública adote providências urgentes, visando diminuir a deficiência, a inoperância do nosso IML em Londrina.

O SR. PAULO MAIA - Aproveitando a oportunidade, o que V.Exa. traz de contribuição ao que aqui estamos registrando na Casa, nada mais é do que a realidade que está se deparando e do que podemos assistir na cidade de Londrina. Porque por diferentes cantos, por diferentes campos, por diferentes emissoras de rádio daquela cidade nós fomos cobrados pela situação em que se encontra o Hospital Universitário, Instituto Médico Legal e alegava também, aquela comunidade, de que o tratamento é um tratamento que Londrina não merece.

E na realidade o que nós queremos registrar é isso aí.

O Sr. Rafael Greca - Eu solicito um aparte e cedo o Horário da Liderança do PDT

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) - Está concedido.

O Sr. Rafael Greca - Só para lhe dizer, Deputado Paulo Maia, que é preciso ampliar o quadro de médicos legistas do Estado. O IML tem um quadro de médicos legistas que remonta aos tempos do Governador Moysés Lypion, como aliás, a maior parte do aparato policial do Estado do Paraná, o conjunto das delegacias, das penitenciárias remonta os tempos do Governador Moysés Lypion, ainda antes de eu nascer - nos anos 50, é que se fez o atual quadro de Médicos Legistas do IML. Não tem cabimento a afirmação do Deputado Tavares de que há legistas aos montes em Curitiba. Não os há, falta legistas em Curitiba, falta legistas em todo o Estado. É preciso ampliar o quadro.

Eu estou apresentando um Projeto de Lei nesse sentido e quero que o Deputado Tavares e S.Exa. assinem comigo esse projeto de lei. Porque é fundamental que se crie acesso à Justiça à população, sobretudo nas cidades do interior. E não tem cabimento que suceda um evento, revestido de barbaridade, de crueldade, de impiedade, de falta de compaixão como esse que V.Exa. narrou, no começo do seu pronunciamento, quando o IML retém um corpo, inclusive, privando-o dos ritos cristãos do guardamento e do velório, exatamente por inadiplência da máquina do Estado.

Eu me solidarizo com S.Exa., me solidarizo com o Deputado Tavares, à exceção de dizer que em Curitiba sobram legistas: não sobram; aqui também faltam.

O Dr. Rosinha - V.Exa. me permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado Paulo Maia, agradeço o aparte que V.Exa me concede. O Instituto Médico Legal do Paraná não só precisa um maior quadro de pessoal, como tem outras necessidades.

Hoje os trabalhadores do Instituto Médico Legal e da Polícia Técnica, como todos os trabalhadores do serviço público do Estado apresentam um salário achatadíssimo. Além disso o IML que atende praticamente todo o Estado do Paraná não tem a mínima condição de fornecer alguns dados importantes, dados científicos em função de que não existe nem mesmo a informatização do IML, hoje que é uma coisa fácil, tranqüila que é a instalação de computadores, micros e terminais não tem. Inclusive há um requerimento nosso na mesa hoje nesse sentido para o IML.

Há também a necessidade de conserto de aparelhagem quebrada já há mais de seis

meses, como é o caso do expectrofotômetro que lá tem que está quebrado e que a Secretaria de Segurança Pública não tem atendido essa necessidade.

A outra questão é a regionalização dos serviços. Para se ter uma idéia, qualquer exame patológico, qualquer necrópsia, tem que vir o material do interior, por ônibus para o IML, para o laboratório aqui fazer isso.

Então é uma série de necessidades que têm que ser debatidas e tem que ser corrigidas no IML. E nós entendemos que acima de tudo é um instituto de pesquisa científica a respeito da vida humana, que não só atende as pessoas que morreram, mas também lesões corporais, envenenamentos, outros tipos de exame. Então é necessário aparelhar esse instituto que hoje se encontra totalmente abandonado, desde o Governo Alvaro Dias, - diga-se de passagem e sem as mínimas perspectivas agora no Governo Roberto Requião porque ainda não apresentou nenhuma proposta.

O SR. PAULO MAIA - Eu agradeço o aparte de V.Exa. e registro inclusive o que hoje o Jornal de Londrina está trazendo em sua primeira página, que reforça o que aqui estamos trazendo como preocupação, quando o diretor do IML pede demissão, inclusive alegando aqui o referido jornal de que após várias denúncias, inúmeras denúncias e reclamações da falta de atendimento e veja bem, não é questão de competência, é questão da realidade pelo que passa o IML e na sua página nove, volta a frisar, denúncias forçam o diretor do IML a pedir demissão e uma série de absurdos e inclusive traz a situação do Hospital Univesitário.

A Sr.^a Emília Belinati - V.Exa. me permite um aparte?

(assentimento).

Eu quero cumprimentar o nobre Deputado pelo pronunciamento nesta tarde. A população de Londrina realmente está muito preocupada com a situação do IML e nós estamos encaminhando à mesa, um requerimento para que seja enviado ao Governador do Estado e ao Secretário de Segurança Pública, pedindo providências com relação ao IML de Londrina.

Os jornais de Londrina no final de semana estamparam a manchete com relação àquela família que ficou 15 horas aguardando no IML sem que tivesse um médico para atender e quando o médico chegou para fazer a autópsia não tinha o material, teve que um cidadão ir comprar o material para que pudesse ser feito o trabalho.

Então nós cumprimentamos o senhor pelo seu pronunciamento e nós então pedimos aos nobres Deputados que apoiem e aprovem o

nosso requerimento que está sendo enviado ao Governador e ao Secretário de Segurança Pública, pedindo providências com relação ao IML de Londrina.

Muito obrigado.

O SR. PAULO MAIA - Agradeço a contribuição de V.Exa. e acredito que o que aqui se falou por todos os nobres parlamentares, representa simplesmente uma preocupação desta Assembléia e o respeito que merece Londrina, aquela região e o seu povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente o último orador inscrito, Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Inicialmente, eu gostaria que ficasse registrado nos Anais deste Parlamento a presença das seguintes pessoas: do Vereador Otoni Pires, 1º Secretário da Câmara Municipal de Teixeira Soares; Antônio Acordi Filho, Presidente da Câmara Municipal de Teixeira Soares e do Vereador Luiz Vascoski, do mesmo município. E destacar honrosamente e que também gostaria que ficasse registrado nos Anais desta Casa a presença de dois ilustres visitantes que nos honram com sua presença neste instante e que são lá da longínqua Alemanha: Johann Voth e Johann Penner. São membros da Associação da Irmandade Batista Livre da República Federal da Alemanha.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Presenças devidamente registradas e muito nos honram.

O SR. TOTI COLAÇO - Aproveitando a presença dos ilustres visitantes eu gostaria de deixar também registrado e destacar o trabalho que vem sendo realizado na minha região pela comunidade da Alemanha.

Inicialmente eu devo informar que nós temos o Colégio Florestal, o único dentro do nosso país, que já vem funcionando há mais de doze anos, e que funcionou durante dez anos com recursos exclusivos do governo alemão, desde os seus professores, seus técnicos, os seus equipamentos, o seu maquinário, enfim, toda a infra-estrutura necessária, ela foi possível através de uma Carta de Intenção com o município de Irati e com o governo alemão. E este Colégio Florestal vem prestando ao nosso país um extraordinário trabalho, porque nós temos lá estudantes no regime de internato e semi-internos praticamente de todos os Estados da Federação. E já, dentro de um curto espaço de tempo haveremos de ter um curso de técnicos madeireiros, porque esse colégio florestal ensina o garoto desde o

início da semente, da planta, dos viveiros, até a árvore ficar crescida. E agora, é claro, possivelmente para os próximos anos o curso de técnicos madeireiros, na mesma linha, para poder, que a juventude possa sair do colégio, com uma profissão. É um fato interessante até: nesse colégio os alunos nossos não têm problema de emprego, porque os empresários do Paraná e do nosso país vão em busca dos nossos estudantes, mesmo antes de eles concluírem o curso. Existem até muitos alunos que as empresas pagam a sua bolsa de estudo porque concluído o curso ele vai prestar serviços às suas fazendas, notadamente no que diz respeito às florestas e reflorestamentos em nosso país. Também no município de Irati, ainda, está se implantando um projeto, Cidade da Criança, onde vai ser construído um grande complexo - dez casas além de três escolas profissionalizantes, as crianças carentes, as crianças abandonadas vão ser atendidas e assistidas também pela comunidade da Alemanha. Este Projeto está sendo implantado agora no nosso Município.

Mas eu gostaria de destacar aqui nesta tarde, com a presença do Johann principalmente, porque no Município de Teixeira Soares já vem funcionando há mais de um ano e meio uma creche-modelo para o nosso País, aonde também nem o Governo do Estado, nem o Governo Federal e nem o Governo Municipal estão investindo um cruzeiro sequer. Eles investiram, construíram, e há um ano e meio vêm atendendo 60 crianças daquele Município, as mais carentes.

E o que mais nos toca é que vem de uma terra distante, do outro lado, em busca de achar solução para o problema social do nosso País.

Então, em nome da Região Centro-Sul do nosso Estado, eu quero deixar aqui os nossos mais profundos e sinceros agradecimentos, em nome do Governo do Paraná, em nome da comunidade paranaense, porque, na verdade, se não fora este espírito humanitário e cristão dessas famílias, desses abnegados, que largam a sua terra, a sua gente, o seu povo e os seus interesses e vêm numa terra distante procurar ajudar a solucionar os problemas mais graves que têm em nosso País.

Além da creche, que já está funcionando, eles já estão construindo uma escola profissionalizante para que as crianças na faixa dos 12 a 14 anos de idade possam aprender uma profissão nesta escola que também vai ser dirigida, orientada e também custeada pela Comunidade Livre da Alemanha, principalmente.

E são voluntários que contribuem para que este projeto possa se viabilizar como está viabilizando dentro do Estado do Paraná, notadamente no Município de Teixeira

Soares.

Era isso, Senhor Presidente.

Agradeço a atenção dos Senhores e pelo fato de deixar registrado a presença de tão ilustres visitantes.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerrado o Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Heinz Herwig.

O SR. HEINZ HERWIG - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós até não somos muito de fazer discurso, mas ontem vimos uma notícia no jornal "Gazeta do Povo", onde o Chefe do 9º Distrito Rodoviário Nacional, com sede aqui em Curitiba, afirmou que o Paraná é novamente discriminado na divisão de recursos federais.

Isso naturalmente não deveria ser nem motivo de notícia. Não é novidade o Paraná ser discriminado. A novidade é querer culpar o Governo do Estado do Paraná pela incompetência nesses anos todos dos Governos Federais.

Hoje vimos inclusive no mesmo jornal uma resposta do Secretário Mário Pereira relativo ao assunto. A verdade não pode ser escondida. As duas grandes rodovias federais que cruzam o território brasileiro, a famosa "Rodovia Litorânea", que todos nós conhecemos, a tal da BR-101, que começa lá em cima, no Rio Grande do Norte, e que atinge o Rio Grande do Sul, ela só não foi feita no Paraná. A outra rodovia longitudinal brasileira, que começa às margens do Rio Amazonas, em Santarém, atravessa o País inteiro e alcança a fronteira com o Uruguai, no Rio Grande do Sul, a famosa "Transbrasiliana", só não está concluída no Paraná. E o pedaço que já foi feito da "Transbrasiliana" no Paraná foi executada pelo Governo do Estado.

Ainda recentemente o então Governador Alvaro Dias inaugurou o trecho de Ventania a Ibaiti que faz parte da "Transbrasiliana".

O Governador José Richa inaugurou no seu Governo o trecho entre Irati e Paulo Frontin. São obras da Transbrasiliana executada pelo Governo do Estado.

Será que o Paraná não deixou executar essas rodovias no País?

Será que tem algumas ordens dos governantes para não executar a obra aqui?

Claro que nós também temos culpa, pois não se une. Nós temos divergências que vêm de muitos anos e que por ocasião da discussão dos orçamentos federais, essas discussões, esses problemas não são levados em conta e nós não nos unimos para conseguir os recursos necessários para execução das obras federais aqui no nosso Estado.

Exemplo recente nós tivemos agora, na

BR-376, no trecho Garuva-Curitiba. Esta obra foi delegada ao Estado do Paraná e nós éramos então, Secretário de Transportes do Estado.

A duplicação desta obra, sempre foi dada como justificativa para a sua não execução, a falta de projeto e naquela época então, o Governador Alvaro Dias nos determinou que, através de um convênio com o Governo Federal nos passaria os recursos para a execução da obra.

O Paraná cumpriu a sua parte: executou o projeto e o Governo Federal até começou a dar alguns recursos, mas só começou também, porque logo em seguida, faltaram cursos e a obra está lá, parada, se deteriorando, se perdendo, como é o caso também do Contorno Oeste de Curitiba, onde aconteceu a mesma coisa.

Não venham com essa desculpa de que faltava a prestação de contas do Governo do Estado.

Lembro-me muito bem: todo recurso que veio do Governo Federal, através do DNER para executar essas obras, a prestação de contas foi feita no tempo certo e com toda certeza, talvez por falta de controle do próprio DNER que, naquela época, se transferia do Rio de Janeiro para Brasília, talvez se perdeu nesses contas que foram prestadas pelo Governo do Estado.

Essas perdas já foram inclusive, devidamente esclarecidas, pois o DER do Paraná sempre foi modelo no controle de contratos, contas e financiamentos, sendo inclusive, modelo para outros Estados, no Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Infelizmente, este cumprimento de obrigações nunca foi a tônica dos governos federais, pois não foram poucas as vezes que o próprio Governo do Estado, através do DER, teve que fazer operações "tapa buracos" nas rodovias federais que cruzam o nosso Estado, e todos os Senhores Deputados são testemunhas disso.

Quem é o DNER hoje para falar que o Governo do Estado é inadimplente?

Se existe uma dívida do Paraná, produzida pelo Programa de Manutenção do DER do Paraná, com o Banco Mundial onde o Governo Federal participa em conjunto, em contrapartida é muito maior, a dívida do Governo Federal com o Estado do Paraná, pela execução de obras de pavimentação em rodovias federais que cruzam o nosso Estado. E nem vamos falar na Estrada de Ferro Central do Paraná onde milhões de dólares são devidos ao nosso Estado.

Neste acerto de contas teremos muito a receber e não a pagar. Então não venham novamente com esta desculpa furada.

Se não querem ou não podem executar as obras que o Paraná precisa, tudo bem, nós estamos até acostumados a isso.

O Sr. Antônio Toti Colaço (aparte) - Ilustre Deputado Heinz Herwig, eu quero me associar e cumprimentar Vossa Excelência por este seu posicionamento em cima do Governo Federal no que diz respeito ao tratamento que o Paraná merece dele.

Vossa Excelência pode falar de cadeira a respeito das estradas do nosso Paraná, porque foi, Vossa Excelência o baluarte da construção de dezenas de estradas neste Estado. A 153 quando Vossa Excelência fazia menção, e da qual conhecemos o problema de longa data, é um estado de calamidade pública nacional.

Vossa excelência está sendo felicíssimo quando diz que não há um entendimento na Bancada Federal nossa quando um assunto como este, desta envergadura, de tamanho interesse do Paraná, prende-se por picuinhas políticas muitas vezes, não se unem no momento em que o Brasil todo está acompanhando através da imprensa quando se está elaborando o Orçamento da União.

Isto nos entristece profundamente se soubermos uma vez mais que principalmente a 153 não foi contemplada no Orçamento da União.

É claro e me parece que este seu pronunciamento deverá mexer com todos nós Parlamentares. Acredito esteja tocando em todos nós profundamente. Independente de sigla partidária nós fazemos um movimento aqui, através da Assembleia, sensibilizando o Ministro da Infra-Estrutura e notadamente os nossos representantes no Congresso Nacional para que incluam no Orçamento principalmente no trecho da 153.

Meus cumprimentos a Vossa Excelência pelo assunto que traz nesta tarde aqui.

O SR. HEINZ G. HERWIG - Agradeço, Deputado Toti. E acredito que culpar o Paraná por esta falta de recursos para execução de obras da responsabilidade do Governo Federal, é uma piada.

É uma piada de muito mal gosto.

Temos visto notícias recentemente nos jornais dizendo que o Governo Federal vai recuperar as Rodovias Federais. Aleluia!

Até que enfim! Isto não é favor, é obrigação. São Rodovias Federais que cruzam o nosso Estado.

Muitas estradas estão praticamente destruídas pois, há muitos anos, não recebem qualquer tipo de conservação. É só ver o estado em que se encontram as Rodovias entre Maringá e Paranavaí, por exemplo, entre Londrina e Ourinhos, entre Curitiba e Campo Largo, entre Cascavel e Toledo e outras.

Claro que há muito tempo deveria ter sido feito alguma coisa.

E o Estado do Paraná, em muitas ocasiões, executou o "tapa buracos" nas Rodovias. Quanto tempo ainda teremos que espe-

rar pelo asfaltamento das Rodovias de Bocaíuva do Sul e Adrianópolis e a BR-476, quando o trecho Curitiba-Bocaíuva foi executado também às custas do Governo do Estado?

E também o trecho da BR-101 entre Garuva-Alexandria e divisa com São Paulo?

O Sr. Albino Corazza - Nós queremos cumprimentar Vossa Excelência por este oportuno pronunciamento a respeito da situação das estradas federais do Estado do Paraná.

Somos testemunhas do seu trabalho quando Diretor do DER e Secretário dos Transportes.

E sabemos que quantas e quantas vezes o DER e a Secretaria de Transportes atendiam os reclamos da população, embora estas estradas fossem da responsabilidade do Governo Federal.

E nós estamos vendo na imprensa que agora há essa promessa dos socorros às estradas federais, incluindo a estrada Cascavel - Toledo que tem um movimento maior de 3.500 veículos-dia.

E queremos parabenizar Vossa Excelência e dizer que esse abandono do Governo Federal com o Paraná, não é só nas estradas. Nós que estamos no Oeste do Paraná, estamos vendo o agricultor hoje colhendo trigo e vendendo o pouco trigo que está colhendo a dois mil e quinhentos cruzeiros a saca, um valor menor do que um almoço.

E não há comprador dessa semente do trigo. E a política Nacional da Agricultura é uma piada, de tal forma, que passam os anos, as safras, e o agricultor se sente cada vez mais abandonado.

E, assim poderíamos falar das Universidades, da FERROESTE que não se consegue viabilizar por falta de recursos, enquanto Governo Federal faz uma Norte-Sul.

A Ponte Guaíra-Mato Grosso, que está abandonada pela metade há vários anos e que não consegue a sua conclusão.

Por isso, queremos nos somar ao seu pronunciamento e fazer um apelo às Lideranças do Paraná, começando pelo Excelentíssimo Senhor Governador, para que se dê um trabalho, um movimento, para que o Paraná, unido possa pressionar o Governo Federal e pedir respeito pelo Paraná, pelo seu povo, pela produção, pelo trabalho e por tudo de bom que se faz aqui neste Estado.

O SR. HEINZ HERWIG - Eu agradeço o Deputado Albino por esse aparte.

Concedo um aparte ao Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado - Eu quero cumprimentá-lo pela oportunidade do seu pronunciamento.

A situação das rodovias no Estado do Paraná, principalmente as rodovias federais é exatamente caótica.

Se analisarmos a BR-153, 277, enfim todas as rodovias de responsabilidade do Governo Federal estão inteiramente abandonadas.

Agora há necessidade de um entendimento político aqui no Estado do Paraná.

Há necessidade que o Executivo Estadual, pare de dizer que este Estado é "uma ilha de prosperidade", que vá à Brasília simplesmente, para fazer propaganda do Estado do Paraná.

Nós sabemos e estamos vivendo aqui no Estado do Paraná e estamos sentindo que isso aqui não é nenhuma ilha de prosperidade.

O que está havendo é um Governo parado, é um Governo sem sensibilidade para atender os reclamos da sociedade paranaense. Temos notícia que o Governador do Estado nem sequer recebe os Prefeitos Municipais, temos notícias que os Deputados da Situação, não conseguem viabilizar nenhum recurso para os Municípios. E, vemos aí estarrecidos a briga do nosso Governador com membros da nossa Bancada no Congresso Nacional.

É profundamente lamentável que isto esteja acontecendo.

Quando se fala a nível de Governo Nacional em entendimento, há necessidade de haver entendimento aqui também no Estado do Paraná.

Portanto, a oportunidade do seu pronunciamento é de alta valia e queremos que deste pronunciamento saia aqui o entendimento das Bancadas Estaduais, da Federal, do Governador do Estado, para que nós consigamos melhorar a situação trabalhador paranaense que se encontra em situação desesperadora.

Muito obrigado e parabéns pelo vosso pronunciamento.

O Sr. Dobrandino da Silva - Quero aproveitar o vosso pronunciamento nobre Deputado, com relação à situação das rodovias do Paraná e aproveito para registrar através do seu pronunciamento na Assembleia Legislativa, o protesto realizado na BR-277, no trecho compreendido entre Cascavel e Foz do Iguaçu, dia 14 próximo passado, realizado pelas Prefeituras e as Lideranças locais devido o abandono daquele trecho que hoje é uma das rodovias mais perigosas do Brasil, ocorrendo acidentes constantemente e com danos aí que ninguém quer assistir.

E realmente nem sequer acostamento existe mais. E por outro lado eu queria contestar o Deputado Tadeu Lúcio Machado. O Governador do Paraná, é o que eu acho, que está mais visitando os Prefeitos, está

fazendo cada semana, levando a reinteriorização do Governo nas Regiões da Sede Administrativa do Estado, atendendo não só aos Prefeitos, mas todas as Lideranças do Estado.

Eu discordo nobre Deputado, porque o Governador do Estado está fazendo isso, sistematicamente, a cada semana, atendendo a todos os pedidos da região.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O Sr. Neiyo Beraldin - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Quero solidarizar-me com seu pronunciamento brilhante e oportuno, Deputado Heinz.

Vossa Excelência quando usa da tribuna e relata fatos da área do DER e do DNER, o faz com conhecimento de causa. Mas, eu queria acrescentar mais um descaso do Governo Federal em relação ao Governo do Paraná.

O Paraná tem a ver do Governo Federal 9 bilhões de cruzeiros, já atrasados, dos "royalties", devidos ao Estado do Paraná e aos Municípios. E este descaso vem se acentuando ao longo do tempo.

Portanto, está de parabéns, por fazer este oportuno pronunciamento. E ao mesmo tempo, nós queremos alertar os Senhores Deputados Federais que e os Senhores Senadores que representam o Paraná, porque raramente se ouve falar num pronunciamento no Senado Federal, de algo que venha de encontro aos interesses dos paranaenses. Dos Senadores do Paraná, nós gostaríamos de saber o que é que fazem por este Paraná, porque temas tão importantes, como esse caso das estradas, esse caso dos "royalties" do Paraná, não podem ficar despercebidos por Senadores eleitos pelo povo do Paraná.

O SR. HEINZ HERWIG - Eu agradeço os apartes. Acho que todos foram oportunos.

A verdade é que o Paraná possui alguns problemas. Nós temos uma mania de dizer que estamos bem.

Temos o orgulho de dizer que o Paraná é um Estado diferente dos outros, quando na verdade ele é diferente. Só que nós não podemos apregoar isso aí fora, porque ninguém ajuda quem está bem. O que acontece com os Estados, principalmente do Nordeste, é que por ocasião do Orçamento da União, eles esquecem todas as suas perdas políticas e se unem para conseguir os recursos para execução das obras.

E é isso o que o Paraná precisa aprender. Eu que há tanto tempo lido no setor de transportes, senti na carne durante estes anos todos, a dificuldade em conseguir o apoio e recursos do Governo Federal para as obras do próprio Governo Federal, aqui

no Estado do Paraná.

E é por isso que o Paraná, com um ônus tremendo, tirando recursos, às vezes, de setores que também necessitam, executou várias obras, inclusive federais, para o desenvolvimento do nosso Estado. Não foi nada mais que isso que, naquela época, o Governador Jayme Canet Júnior implantou um grande programa de obras no setor rodoviário, integrando os municípios paranaenses, procurando levar os benefícios do asfalto a todos os rincões do Estado.

Hoje, muitos pregam, inclusive a morte do rodoviário. Quando isso não é verdade. É muito fácil se pregar o fim das rodovias, o fim dos asfaltos, quem já foi beneficiado por ele! Eu quero ver é pregar o fim do asfalto lá em Inácio Martins! Ou em Cerro Azul, por exemplo. Ou lá em Adrianópolis! Vã o Governo se instalar lá e dizer que não precisa mais fazer asfalto! É muito fácil criticar os outros.

Recursos são necessários, e o Paraná não possui todos estes recursos. Vai ter que procurar, através de financiamentos. Foi o que o Paraná fez, este tempo todo, no Governo Jayme Canet, com o Governador Richa e com o Governador Álvaro Dias. Estrada simples, às vezes, que foram batizadas de "casca de ovo", de "fio dental", e outros pseudônimos. Mas, são estradas que, - tenho certeza, levaram o desenvolvimento a todos os municípios do Estado do Paraná.

O Sr. Nelson Justus - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Eu quero, também, me solidarizar com o pronunciamento de Vossa Excelência, e muito embora não tenha procuração de nenhum Deputado Federal e de nenhum Senador da República de nosso Estado, eu devo imaginar que a partir dos fatos lamentáveis ocorridos ultimamente, das denúncias feitas por Sua Excelência o Governador do Estado, estes Deputados e estes Senadores devem estar um pouco temerosos em pleitear recursos para as nossas estradas, até porque quem tem que fazer, quem constrói a estrada é o empreiteiro. E correm um sério risco de serem taxados de intermediários.

Por isso, eu acho, hoje, um pouco difícil que algum Deputado tenha a "cara de pau" ou a cara limpa para pedir recursos rodoviários ao nosso Estado.

O SR. HEINZ HERWIG - Eu até acho, Deputado Nelson Justus, que o empreiteiro, de fato, hoje no Paraná, está um pouco "ciscado", porque não é atribuição dele, inclusive, pedir recursos. Acho que a atribuição de pedir recursos, de procurar as obras, não é atribuição do empreiteiro. Atribuição do empreiteiro é executar a

obra. Até porque não conheço nenhum médico, dentista ou jornalista que execute obra de estrada. Quem faz a estrada é o empreiteiro. Claro que empreiteiro tem que ser fiscalizado pelo órgão competente. No caso do Paraná, é o DER do Paraná, o qual eu tive a honra de comandar durante estes últimos oito anos.

Eu tenho certeza que nós conseguimos, com os recursos que foram destinados ao setor, executar o máximo de obras possíveis, obras, às vezes simples, como eu falei. Obras sem acostamento.

Hã, inclusive, um jornalista que acha que fazer obra sem acostamento é brincadeira. Brincadeira é ele dizer isto! Pelo jeito ele nunca andou em lugar nenhum fora da Boca Maldita, porque, as estradas de tráfego pequeno, nós fazemos sem acostamento. Do contrário, é jogar dinheiro fora. Isso se faz, claro, em países desenvolvidos, como Estados Unidos, França, Alemanha. Agora no Brasil, não. No Brasil tem que fazer estrada com acostamento. E se possível, com pista dupla.

Nós temos que aprender a sentir e a dizer que somos um País pobre. Temos que fazer o possível: estradas simples, que beneficiem diretamente a população, e quando esta estrada depois tiver um tráfego mais intenso, é claro, aí nós fazemos acostamento, terceira faixa, pista dupla, etc.

Concedo o aparte ao Deputado Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Heinz, nós somos testemunhas, porque estivemos ao longo destes anos, oito anos e meio que estamos aqui na Assembleia, estivemos no dia-a-dia ao lado de Vossa Excelência, primeiro na condição de Diretor de Obras do DER, depois como Secretário de Estado, e hoje como companheiros da Assembleia Legislativa, sempre estivemos ao lado de Vossa Excelência, discutindo os problemas ligados ao setor rodoviário do Paraná. E somos testemunhas de que aquilo que temos hoje, no Paraná, em termos de malha rodoviária, daquilo que temos hoje, muito se deve a Vossa excelência em termos de preenchimento de alguns espaços, outrora vazios, em termos de rodovias pavimentadas.

E nós, do Paraná, não poderíamos nos calar em cima de manifestações descabidas, na nossa opinião, pronunciadas pelo Diretor do DNER, Nakamura, acerca de problemas que estaria enfrentando o Paraná em termos de obtenção de recursos federais para a viabilização de obras, neste Estado.

Todos nós somos conhecedores, e Vossa Excelência, muito mais do que talvez todo este Parlamento, de que não é o Paraná que tem débito com a União, mas sim a União que tem débito conosco.

Basta que retornemos um pouco mais

adiante da História do Paraná, e vamos encontrar a história da Ferrovia Central do Paraná, construída por este Estado, cedida à Rede Ferroviária Nacional, sem que o Paraná tenha recebido a necessária compensação financeira.

Disseram bem os Deputados que o apartearam, com referência a outros débitos que tem a União para com o Paraná, o mais recente seria o dos royalties, que seria uma compensação por aquilo que tiram do Paraná em termos de energia elétrica, impediu com o alagamento das nossas terras a produção de produtos essenciais ao nosso Estado.

Por isso, quero cumprimentá-lo por esta iniciativa de ter ido à tribuna e denunciar a maneira com que estão se comportando algumas autoridades federais.

E, discordar também, a exemplo do Deputado Dobrandino, daquilo que o Deputado Tadeu manifesta, dizendo que o nosso Governo não recebe Prefeitos, dizendo que não se libera recursos. Só para se ter uma idéia, os jornais publicaram, na última semana, em Maringá, durante a interiorização do Governo, mais de dois bilhões de convênios foram firmados para construção de salas de aula, para construção de habitações populares, para obras do Paraná-Rural, para obras do combate à erosão. O Governo Requião está executando obras e recebendo os Prefeitos. Não aqui no Palácio Iguazu, mas lá nas casas deles que são os Municípios, onde os assuntos devem ser tratados com mais propriedade até do que vindo aqui.

Quero cumprimentá-lo, mais uma vez, pela iniciativa do pronunciamento e lamentar que pessoas do Governo Federal ainda continuem querendo colocar o Paraná à margem do processo de liberação de recursos para nosso Estado.

Obrigado.

O SR. HEINZ HERWIG - Com o aparte o Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Eu só queria dizer que tinha preparado para a sessão de ontem um Pedido de Informações ao Governo do Estado em relação à matéria no jornal "Gazeta do Povo".

Em razão das declarações do Vice-Governador Mário Pereira e também do seu pronunciamento, eu me solidarizo com as suas colocações também e retiro esse pedido de informações, dizendo mais, de que a Prefeitura de Curitiba, ela tem feito alguns trabalhos em favor das rodovias federais, especialmente a rodovia BR-116. Agora mesmo estamos abrindo a Brigadeiro Franco que vai cruzar a 116 em nível, porque o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem diz que não tem verba para fazer

um viaduto. Quer dizer, a Prefeitura vai ter que urbanizar a BR-116 para poder transformá-la, para evitar de que ela continue sendo uma rodovia e transformá-la numa avenida de acesso a todos, sem o perigo dos acidentes que lá ocorrem. Então, portanto eu vou retirar esse pedido de informações em homenagem a Vossa Excelência e ao Vice-Governador.

O Sr. Elío Rusch - Eu solicito o horário da Liderança do PFL para que nós possamos dar continuidade a esse debate.

Deputado Heinz, na verdade foram levantadas diversas questões em relação as obras no Estado do Paraná no que diz respeito a obras federais. Vou levantar a questão da BR-267, ligando Cascavel com a cidade de Toledo, realmente se encontra intransitável. Podemos acrescentar ainda que esta BR não chegou nem ser concluída, porque na verdade o traçado dela vai até a cidade de Guaíra, e infelizmente o Governo Federal não tem cumprido a sua parte, e ligou Marechal Cândido Rondon até Guaíra com recurso do próprio Estado, restaria ainda a ligação de Toledo a Marechal Cândido Rondon que encurta em aproximadamente vinte quilômetros um trajeto de apenas cinquenta; também um desleixo poderíamos dizer do próprio Governo Federal.

Foi levantado a questão dos "royalties" e o Estado do Paraná perde muito isso, e eu acredito que somente no Brasil pode acontecer isso, está regulamentado, aliás, é uma disposição constitucional, regulamentado, publicado no Diário Oficial; e o Governo Federal nesse momento vê que não existe dotação orçamentária, não existe uma rubrica orçamentária para pagar os Municípios a compensação financeira. E a Itaipu já tem recolhido aos cofres da União quatro parcelas do correspondente ao Estado do Paraná e aos próprios Municípios. E o Estado do Paraná muito bonzinho sim, porque o próprio ICMS, a energia que nós exportamos para os outros Estados, nós... Senhor Presidente, nós requeremos o espaço da Liderança do PFL e que seja então incluído no horário que o Deputado Heinz está ocupando, se isso é possível.

O SR. PRESIDENTE - O ICMS que é gerado em consequência da própria energia, também hoje o Estado do Paraná está recebendo, e são milhões e milhões de dólares que nós perdemos a cada mês que passa. O Estado do Paraná, com a conclusão de Salto Segredo, nós vamos ocupar apenas cinquenta e poucos por cento da energia produzida em nosso Estado, as demais energias nós também exportamos. Então, se faz necessário que nós levantemos as nossas vozes aqui na Assembléia Legislativa e conscientizemos os Políticos na esfera federal, para que o

Paraná realmente receba aquilo que é de direito e vamos parar de ser o bonzinho e queremos os nossos direitos, obrigado.

O SR. HEINZ HERWIG - Obrigado Deputado Elío. É verdade, o Paraná de fato sempre foi bonzinho, nós temos muita coisa para executar ainda, não é mais possível que aqui em Curitiba, não exista um contorno na cidade, existe um pedacinho feito de um contorno Leste, do contorno Sul, falta o contorno Leste inteiro, falta o contorno Oeste inteiro, o contorno Norte, são obras inadiáveis; e quando a gente vê no Diário Oficial, abre o Diário Oficial e vê obras do contorno de João Pessoa, no contorno de Natal, no contorno de São Luís, no contorno da grande cidade de Macaé é que nos revolta cada vez mais, porque não é possível que o Paraná fique cada vez mais relegado a segundo plano. A minha cidade que é Londrina até hoje não tem um contorno, a BR-369 passa no meio da cidade como passa aqui em Curitiba também. Então são obras que vão ser deixadas de lado em detrimento do Paraná. Não é que esse dinheiro seja destinado a outras coisas: a educação, a saúde, ele é destinado ao próprio setor só que para outros Estados. Isso que tem que ser dito! Eu mesmo sou defensor "inconteste" da educação. Eu acho que educação no país, teria que se destinar 80% dos recursos do país à educação e o resto para os demais setores, porque a educação é a base de tudo. Agora, num país como o nosso onde só funciona "lobby", e nós participamos disso durante nossa vida pública, se não nos unirmos, se o Paraná com suas Bancadas não se unirem nós vamos ficar cada vez mais para trás.

Quando nós vamos finalmente ver a BR-116 duplicada? A gente vê São Paulo duplicando, agora nós vemos no Diário Oficial na semana passada, que Santa Catarina já vai duplicar a BR-101 e o Paraná nem tem ela ainda! Lá vão duplicar e o Paraná não tem a simples ainda!

O Sr. Antônio Annibelli - Me concede um aparte?

Queremos cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento que faz nesta tarde bem como os Deputados que o apartearam que motivou esta Casa que é do debate, das idéias, mas quero dizer a V.Exa. e a esta Casa que o acanhamento do Paraná a nível nacional é a falta do entendimento como disse o nosso Líder Deputado Tadeu Lúcio Machado.

Mas o entendimento pela causa justa, séria, honesta, não o entendimento do Deputado Federal que bate às portas dos ministérios atrás de rádio, atrás de televisão. Esquecem a grandeza do nosso Estado e a Liderança política, e a liderança que

esse Estado detém na nação brasileira. Falta a grandeza dos nossos parlamentares. Isento o Senado da República, Deputado Neivo Beraldin, porque lá temos 3 senadores honrados e vejo que na Câmara dos Deputados todas as Bancadas estão presentes. Porém, vemos isso a nível nacional, as denúncias. Quem sabe lá se a Comissão que queria liberar a verba para a construção de uma estrada não chegou ao interesse do Deputado? Quem sabe se o interesse do Deputado do Oeste não é o interesse do Deputado do Suloste e do Norte do Paraná.

Está faltando uma liderança no nosso Estado e essa liderança talvez devesse ser exercida pelo Governador Roberto Requião a quem cumprimento, pela grandeza e pelo peito que teve de denunciar se alguém estava querendo receber comissão, principalmente o Sr. Tony Garcia. Aí o Estado do Paraná passa a ser notícia nacional como um Estado rico mas sem política competente, porque a cada escândalo que houver em que a nossa Bancada Federal estiver envolvida por denúncia de corrupção, quem perde é o Estado e é o nosso Paraná e a nossa gente.

Por isso Deputado Heinz, V.Exa. que é o mais competente nesta Casa para falar em estrada, quero cumprimentá-lo, e dizer a nossa modesta Assembléia se una em torno de V.Exa. para que, se os Federais querem interesses outros, nós queremos o interesse do Paraná, que tomemos a peito para irmos a Brasília a reivindicar o que é da nossa gente e do nosso Estado. Obrigado.

O Sr. Mário Bezerra - Me concede um aparte Deputado Heinz?

Quero cumprimentar V.Exa. pelo discurso e dizer que o Paraná necessita de uma liderança urgente para aglutinar todas as forças. Muito bem se pronunciou o Deputado Annibelli quando diz que falta realmente essa liderança. Eu acho que essa liderança deveria ser assumida pelo Governo do Estado, mas infelizmente, ele só faz por dividir. Daí o exemplo dado nas brigas que ele assumiu com o nosso Senador José Eduardo, simplesmente por capricho. Então falta ao Governador Roberto Requião a grandeza de unir as forças em prol do Paraná. Esquecer as suas manias de querer aparecer na mídia nacional simplesmente para satisfazer o eu ego. Então falta ao Paraná uma posição mais séria do Governador Roberto Requião para aglutinar forças e assim todos saírem ganhando. Obrigado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Pela Ordem)

Eu requeiro que V.Exa. conceda o Horário da Liderança do PSDB ao Deputado Heinz.

O SR. HEINZ HERWIG - Muito obrigado.

O Sr. Cleiton Crisóstomo - Tenho certeza que todos os Deputados aqui presentes, deveriam defender e com certeza muitos levantarão a palavra ainda. Mas o Deputado Annibelli levantou a pauta de que todos os Deputados aqui têm responsabilidade, porque todos conhecem os seus Deputados Federais, de suas regiões, de suas cidades; e nós, como Deputados Estaduais, vemos o Governo do Estado abandonado pelo Governo Federal em muitas causas, devemos juntos - todos, não apenas um a um, com todos os Deputados e Senadores - batalhar junto ao Governo Federal para trazer recursos, não para daqui a cinco anos, mas para agora, porque daqui a cinco anos, quem sabe o Paraná vai existir; quem sabe vai existir Adrianópolis; quem sabe vai existir Cerro Azul.

Por isso, nós devemos dever agora, junto com todos os Deputados Federais e com toda bancada, que juntos faremos uma Paraná melhor, não brigando com um, separando de outro, discutindo honestidade sim, mas acima de tudo, o Paraná.

O SR. HEINZ HERWIG - Agradeço, Deputado.

O Sr. Valdir Rossoni - Me permite um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Se for preciso, também cedo o Horário da Liderança do PRN.

Ouvi sua explanação e ouvi também a explanação do Deputado Cleiton, e o Deputado Cleiton realmente, o seu posicionamento cabe muito bem esse conselho ao Governador Requião. Seu conselho é importante ao Governo Requião. E primeiro aconselhar o Governo Requião, que espalhou pelo Brasil de que está sendo muito bem tratado pelo Governo Collor.

Quero dizer aos Senhores que, apesar de Líder do PRN, não concordo de forma nenhuma como vem sendo governado este País, quero deixar clara a minha posição, porque sou uma pessoa independente e ainda hoje me pronunciei pelos órgãos de imprensa deste Estado, dizendo: "Sou independente porque nunca precisei de favores do Governo Federal, nunca precisei percorrer Ministérios para resolver problemas pessoais."

Por isso, não concordo com a forma com que vem governando este País, mas isso vem governando este País, diga-se de passagem, o Governo Federal e o Governo Estadual, porque o Governador Requião, para procurar criar problemas políticos aqui no Paraná, aos quatro cantos do Brasil cantou, dizendo que o Governo Collor o vem tratando corretamente e, pelo que temos notado aqui nesta Casa, não está sendo bem tratado pelo Governo Federal e nós não podemos esquecer de que este País vem sendo governa-

do pelo Governo Sarney por seis anos, que foi governado pelo PMDB e que nós também poderíamos ter feito estas cobranças e devem ter sido feitas estas cobranças. Nós não tivemos também, no governo anterior, a capacidade de cobrar do Governo do PMDB - que foi o Senhor José Sarney que governou este País - cobrar a dívida que o Estado do Paraná tem com o Governo Federal, e me coloco aqui como Líder do PRN, à disposição dos Parlamentares deste Estado, mas dos Parlamentares sérios, não dos Parlamentares individualistas que compõem a Bancada Federal; porque o que temos hoje na Bancada Federal deste Estado, é uma Bancada individualista, que não discute os problemas deste Estado, e nós temos que largar mão de viver num País de faz-de-conta, aonde todos acham os defeitos e poucos ajudam a resolver os problemas deste Estado.

Nós precisamos urgente de um pacto de seriedade neste País, desde o Vereador até o Presidente da República, porque ontem eu via, Deputado Heinz, o Presidente da República, o homem que tinha a coragem de transformar este País, de repente dando uma entrevista daquela forma, como a que deu ontem a todos os órgãos de imprensa deste País.

Se o Presidente da República quisesse recuperar a sua credibilidade, era só ele vir na televisão hoje à noite, e demitir todos os incompetentes do seu governo - demiti-los do primeiro ao terceiro escalão - e começarmos um Brasil novo, mas um Brasil diferente, nem o Brasil de Sarney, nem do Brasil de Collor é o ideal; nem o Brasil do PMDB; nem o Brasil do PRN, que hoje o povo protesta em todos os cantos deste País. Por isso, nós precisamos, Deputado Heinz, de homens que larguem mão de trabalhar na maneira do faz-de-conta, mas sim com seriedade.

Coloco-me à disposição de Vossa Excelência, para lutarmos em favor do Paraná, para pedirmos também ao Governador Requião que guarde sua metralhadora, que está causando muitos prejuízos a este Estado.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Permite um aparte?

(Assentimento)

Ainda este ano estive no Palácio do Planalto, em companhia de vários Deputados Estaduais e Federais e invoco aqui o testemunho do Deputado Mário Bezerra, do Deputado Nelson Justus, do Deputado Valdir Rossoni, a verdade que vou falar: durante a audiência que mantinha eu com o Presidente da República, perguntei a ele se haveria necessidade de intermediários para construir o Estado do Paraná.

Disse-me o Senhor Presidente da República, que ele não tratava com interme-

diários; que o canal aberto que ele mantém em Brasília, era direto com o Senhor Governador Roberto Requião. Os Senhores se lembram disso, Deputado Fregonese. Estão aqui todos os que estavam nessa audiência em Brasília.

Nota-se então, Deputado Heinz, que o Presidente tem um canal aberto com o Governador do Estado do Paraná e se existe esse canal aberto, é necessário e urgente que Sua Excelência o Governador do Estado do Paraná, convoque imediatamente os Deputados Federais do nosso Estado, que façam uma união e adentrem o gabinete de Sua Excelência o Presidente da República e exija do Presidente aquilo que os nordestinos, com todo o respeito, Deputado Severino Félix, tudo aquilo que os nordestinos ganham no grito dentro de Brasília. Os nordestinos têm a maior Bancada da história na Câmara Federal, com eles é no grito, eles entram, exigem, pedem e conseguem. Por que que o Paraná não pode conseguir? Por que os Deputados não podem, também, com um pouquinho do sangue do nordestino ir lá e bater na mesa e conseguir os contornos que Vossa Excelência diz na tribuna desta Casa.

Concordo com o Deputado Valdir Rossoni e com Deputado Annibelli o que está faltando é que a Bancada do Paraná levante a cabeça, se acabe com individualismo e adentre o Palácio do Planalto e exija junto com o Governador Roberto Requião o que é de direito e o que o Paraná realmente precisa. Muito obrigado.

O SR. HEINZ HERWIG - Vossa Excelência falou muito bem. Nós que ao longo de nossa vida pública de mais de vinte e cinco anos sentimos sempre na carne essa dificuldade que nós paranaenses temos de nos unirmos. Nós temos esta dificuldade, dificuldade talvez até inata do paranaense e que na hora que neste país, neste Brasil, que funciona, que não é uma Suíça, que não é uma Alemanha, que não é um Estados Unidos, só funciona na base da pressão. Nós, o Deputado Rossoni, falou muito bem, este país não é o ideal talvez do Partido do PMDB, talvez não seja o ideal do PRN, talvez o ideal, viu Rossoni, seja do PSDB, mas é um país em que todos os Partidos terão que se unir, queiram ou não queiram para tirar este país do marasmo, da situação em que se encontra. O nosso Estado, que é nossa responsabilidade, nós somos Deputados Estaduais, nós teremos que como função brigar pelo nosso Estado e brigar no nosso Estado. Os Deputados Federais, os Governadores, são as pessoas eleitas pelo nosso povo para nos representarem lá em Brasília. Agora nós, Deputados Estaduais, com a força e com a união de nós todos nós teremos condições de atuando cada um com o

seu Deputado Federal para que nós tenhamos então as obras federais necessárias para o nosso desenvolvimento.

Nós não queremos que o Governo Federal execute estradas estaduais, como o Governo José Sarney executou no Maranhão. Lá as estradas federais nem se falam porque foram todas executadas, mas como não tinham mais estradas federais para executar, pavimentaram-se estradas estaduais no Maranhão e agora em Alagoas. E o Paraná não consegue nem que se pavimentem as estradas federais que cruzam este Estado que são, de uma maneira geral, as rodovias "mestras". O Paraná possui uma malha rodoviária até razoável, rodovias vicinais, mas que desembocam nas rodovias "trônicas", que são as rodovias federais, que é atribuição do Governo Federal. E, para isso, nós vamos ter que fazer alguma coisa. Eu acho que está na hora de fato, de toda a classe política: Governador, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Vereadores, Prefeitos e empresários, alguém que tenha alguma liderança neste Estado, que se unam e esqueçam as suas desavenças pessoais e, em conjunto, exijam o que o Paraná já merece há muitos anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passa-se à Ordem do Dia...

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - No Horário das Lideranças sobrou o do PT, que não cedeu o seu espaço.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O PT não foi gentil com o Deputado, mas está com a palavra o PT.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada. Permitam-me fugir um pouco do tema polêmico que foi lançado hoje nesta Casa pelo Deputado Heinz. Existe um outro tema que não costuma frequentar a preocupação da elite política deste País, mas que para nós, do Partido dos Trabalhadores, é fundamental.

Assistimos ontem pela televisão o pronunciamento do Governador do Estado do Paraná que foi interpelado por representantes da UDR no nosso Estado com tons claramente ameaçadores. Na delicada questão agrária do nosso Estado existe de um lado um setor que, apegado ao Código Civil Brasileiro de 1916, elaborado no tempo em que as questões políticas e sociais do Brasil se resolviam na ponta da espada dos coronéis, apegado a essa legislação que desconhece o formidável desenvolvimento da sociedade brasileira e suas transformações radicais, fazem um discurso do tempo de Washington Luís e procuram impô-lo ao Pa-

ranã neste momento.

Reclamam alguns setores que o sagrado direito à propriedade está sendo violado; invocam um dispositivo no Código Civil que permite ao esbulhado manter-se na posse pelos próprios meios para, com esse dispositivo, justificar no nosso Estado a organização, a formação de milícias privadas.

Pois bem. É certo que existem ocupações de terras no nosso Estado, em tese ferindo o direito da propriedade, também assegurado pela Constituição do nosso País. Todavia, o direito à propriedade na nossa Constituição está condicionado a sua função social - primeiro ponto. Segundo: sagrado direito que existe na nossa Constituição e que existe hoje na consciência dos povos do mundo inteiro, é o sagrado direito à vida. Se o Estado brasileiro "latu sensu", não cumpre a sua obrigação legal, de intermediar os graves conflitos agrários no nosso país, e indenificando as áreas improdutivas no nosso Estado atendendo à crescente demanda do movimento dos trabalhadores "sem terra" para possibilitar o processo pacífico e ordenado de desapropriação de um lado e indenização justa dos proprietários de outro, e assentamento dos "sem terras" na outra ponta. Se não existe uma vontade política é certo que daí está nascendo exatamente essa reação natural daqueles despossuídos, daqueles que são exilados em seu próprio país e exigem um pedaço de chão para produzir, mesmo a violação de um pretense direito de propriedade, jamais pode justificar no nosso país, uma ameaça concreta e real à vida de seres humanos e à vida de brasileiros, impetrada descaradamente pelos meios de comunicação do nosso Estado, por elementos que são responsáveis, em última análise, pelo atraso social, econômico e político em que esse país vive até hoje. Em todos os países do mundo, a reforma agrária, essa reforma eminentemente capitalista já foi realizada e esses são os países desenvolvidos. Aqui nós pagamos o preço histórico de termos sempre o poder político neste país, nas mãos do latifúndio atrasado do nosso país.

Diz o Artigo 5º da Constituição Federal que: "é plena liberdade de associações para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar"...

Diz ainda a Constituição do nosso País, do livrinho que muitos não querem reconhecer que "constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis e militares contra a ordem constitucional, num estado democrático".

Eu quero daqui fazer um apelo ao Senhor Governador do Estado, que muito mais grave do que a pretensa violação do direito de propriedade está sendo realizado no

nosso Estado, uma violação é uma grave ameaça ao direito à vida e principalmente, ao estado democrático. Permitir a formação de forças armadas privadas no nosso Estado, é simplesmente permitir que direitos e garantias democráticas muito mais importantes do que o pretense direito de propriedade, estão sendo praticadas. Eu quero fazer aqui um apelo ao Senhor Governador do Estado do Paraná, ouvindo o seu pronunciamento pela televisão do nosso Estado, eu espero efetivamente que as colocações feitas naquele momento não foram fruto de uma bravata eclética entre citações de Guevara e Collor, mas que efetivamente se constitui numa ação pura contra esses grupos armados no nosso Estado, a mesma ação pura que nós estamos verificando quando a P2 se infiltra em acampamentos, fazem identificação de lideranças, para entregar a lista negra, sabe-se lá a quem.

Eu espero que a eficiência desse serviço, se é que está sob controle do Governo do Estado efetivamente, que a eficiência desse serviço se volte contra os verdadeiros criminosos que temos no nosso Estado e que estão colocando em risco a tranquilidade social desta nossa terra querida.

Que esta seja uma ação eficiente e dura e que não fique apenas nas ameaças feitas nos palanques eletrônicos.

A polícia tem condições de descobrir os arsenais e os silos de armas pesadas. E se necessário for, existem muitas pessoas dispostas a auxiliar com estas informações.

Era isto.

Muito obrigado!

O SR. HEINZ G. HERWIG - (Pela Ordem) - Esqueci-me de encaminhar os requerimentos da Bancada do PSDB, requerendo ao Senhor João Santana, Ministro de Estado da Infra-Estrutura o estudo para a duplicação da Estrada BR-277 - Cascavel-Foz do Iguaçu, e um outro expediente ao mesmo Senhor João Santana, solicitando rever a decisão quanto à duplicação da BR-116 e 376.

São assinados por todos da Bancada do PSDB, e peço o apolamento de todos os Senhores Deputados.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 49 Senhores Deputados.

O Senhor Secretário chefe da Casa Civil, Senhor Deputado Caíto Quintana, acaba de entregar à Mesa e será lido pelo Senhor 1º Secretário, João Arruza, Mensagens de

aumento do Funcionalismo Público Estadual dos Portos de Paranaguá e Antonina.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - (Lê):

Mensagens:

MENSAGEM 76/91.

Senhor Presidente.

Em conformidade com as disposições contidas nos artigos 53, inciso VIII e 66, inciso I, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter a essa Augusta Casa o anexo anteprojeto de lei disporo que fica incorporado, a partir de 1º de agosto de 1991, aos salários da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina- APPA, vigentes em julho de 1991, o abono no valor de CR\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) e que sobre os salários resultantes dessa incorporação fica concedido, a partir da mesma data o reajuste de 30,8% (trinta vírgula oito por cento).

A medida ora encaminhada a essa Augusta Casa de Leis consubstancia o resultado de estudos conjuntos realizados pelas Secretarias de Estado da Administração e da Fazenda e reflete um grande esforço do Governo no sentido de manter a remuneração dos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina- APPA, em níveis os mais atualizados possíveis, obviamente que dentro das limitações impostas pela atual conjuntura financeira e orçamentária daquela Entidade Autárquica.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica incorporado, a partir de 1º de agosto de 1991, aos salários dos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina- APPA, vigentes em julho de 1991, o abono no valor de CR\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros).

Parágrafo Único - Sobre os salários resultantes da incorporação, fica concedido, a partir de 1º de agosto de 1991, o reajuste de 30,8% (trinta vírgula oito por cento).

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos no artigo anterior, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 77/91

Senhor Presidente.

Em conformidade com as disposições

contidas nos artigos 53, inciso VIII e 66, inciso I, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter a essa Augusta Casa o anexo anteprojeto de lei, disporo que os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores civis e o soldo dos postos e graduações dos servidores militares, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração direta e das autarquias do Poder Executivo, inclusive das constantes da Lei nº 9.663, de 16 de julho de 1991, vigentes em agosto de 1991, ficam a partir de 1º de setembro de 1991, reajustados em 20% (vinte por cento).

Visa, ainda, reajustar nos mesmos percentuais, os valores das gratificações de Produtividade e de Representação de Gabinete, assim como os valores do salário-família e das pensões especiais.

O Plano de Lei em referência, objetiva ainda, fixar, conforme especifica, a remuneração do cargo de Secretário de Estado, composta de vencimento básico e de Gratificação pelo Exercício de Encargos Especiais.

É também proposta a incorporação à referência 1, nível de vencimento 1, série de classe A, do Quadro Próprio do Magistério, o abono provisório no valor de CR\$ 4.933,89 (quatro mil, novecentos e trinta e três cruzeiros e oitenta e nove centavos) de que trata a Lei nº 9.539, de 16 de janeiro de 1991, assim como a elevação do valor da Gratificação de Regência de Classe, de que tratam as Leis nºs 9.109/89 e 9.373/90 (art. 6º).

A medida ora encaminhada a essa Augusta Casa de Leis consubstancia o resultado de estudos conjuntos realizados pelas Secretarias de Estado da Administração e da Fazenda e reflete um grande esforço do governo no sentido de manter a remuneração do funcionalismo em níveis os mais atualizados possíveis, obviamente que dentro das limitações impostas pela atual conjuntura financeira e orçamentária do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores civis e o soldo dos postos e graduações dos servidores militares, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Tra-

balho, da administração direta e das autarquias do Poder Executivo, inclusive das constantes da Lei nº 9.663, de 16 de julho de 1991, vigentes em agosto de 1991, ficam, a partir de 1º de setembro de 1991, reajustados em 20% (vinte por cento).

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica aos salários dos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, que são tratados em Lei em separado.

Art. 2º - Ficam também reajustados, no mesmo índice e data fixados no artigo anterior:

I - os valores das gratificações de produtividade e de representação de gabinete; e

II - o valor do salário-família por dependente legal e o valor das pensões especiais.

Art. 3º - A remuneração mensal do cargo de Secretário de Estado, fica fixada, a partir de 1º de julho de 1991, em Cr\$ 343.659,45 (trezentos e quarenta e três mil, seiscentos e cinquenta e nove cruzeiros e quarenta e cinco centavos), de vencimento básico e Cr\$ 458.212,59 (quatrocentos e cinquenta e oito mil, duzentos e doze cruzeiros e cinquenta e nove centavos), pelo exercício de encargos especiais.

Parágrafo Único - Aos valores de que trata o "caput" deste artigo, aplica-se o disposto no artigo 1º da presente lei.

Art. 4º - Fica incorporado à referência 1, nível de vencimento 1, Série de Classe A, do Quadro Próprio do Magistério o abono provisório no valor de Cr\$ 4.933,89 (quatro mil, novecentos e trinta e três cruzeiros e oitenta e nove centavos), de que trata a Lei nº 9.539, de 16 de janeiro de 1991.

Art. 5º - O valor da Gratificação de Regência de Classe, de que trata a Lei nº 9.109, de 06 de novembro de 1989, e o art. 6º da Lei nº 9.373, de 24 de setembro de 1991, fica fixado em Cr\$ 583,67 (quinhentos e oitenta e três cruzeiros e sessenta e sete centavos).

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante decreto, fixar as tabelas de vencimentos e salários relativos à presente lei.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos nos artigos 1º e 3º, ficando revogada a Lei nº 9.539, de 16 de janeiro de 1991 e demais disposições em contrário.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, considerando a grande expectativa que existe por parte dos servidores públicos deste Estado e não é justo que aguardemos por mais alguns

dias o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, eu convocaria todos os membros da Comissão de Constituição e Justiça para uma reunião extraordinária amanhã, às nove horas da manhã, designando desde já o Deputado Mário Bezerra para ser o relator da Mensagem Governamental, sobre o aumento dos servidores dos Portos de Paranaguá e Antonina; e o Senhor Deputado José Tavares para relatar a Mensagem sobre o aumento geral do funcionalismo.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Sobre a mesa, Ofício nº 37/91, subscrito pelo Juiz Eleitoral da 115ª Zona do Tribunal Regional Eleitoral do Estado, constante do expediente, encaminhando cópia da Ata de Apuração do Plebiscito realizado em 1º de setembro de 1991, no Distrito do Município de Cruzeiro do Iguaçu.- À Diretoria Legislativa para as providências cabíveis.

Ofício nº 39/91, subscrito pelo Juiz Eleitoral da 115ª Zona do Tribunal Regional Eleitoral do Estado, constante do expediente, encaminhando cópia da Ata de Apuração do Plebiscito realizado em 1º de setembro de 1991, no Distrito do Município de Boa Esperança do Iguaçu.- À Diretoria Legislativa para as providências cabíveis.

Ofício nº 80/91, subscrito pelo Senhor Juiz Eleitoral do Tribunal Regional do Estado, constante do expediente, encaminhando cópia das Atas Finais de Apuração e Boletins de urnas, relativos aos pleitos plebiscitários para criação dos Municípios de Entre Rios do Oeste e Pato Bragado.- À Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis.

Ofício nº 1037/91, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de Lei que reajusta os níveis de vencimentos dos integrantes deste Tribunal.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, comunicando seu retorno às atividades desta Casa.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Orlando Pessuti, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado que irá representar a Bancada do PMDB.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Orlando Pessuti, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado na condição de membro da Bancada do PMDB, para a Comissão Temporária Especial criada por esta Casa.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor

Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constantes do expediente. Necessitam de apoio.- Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 048/91, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 070/91, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que dispõe que os livros didáticos utilizados pela Rede Estadual de Ensino, somente serão substituídos mediante expressa autorização do Conselho Estadual de Educação. Com RELATÓRIO da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. (O Proj. de Lei nº 70/91, encontra-se publicado no D.A. nº 19, de 14.03.91)

OF/DIL/SAT/Nº 213/91

Curitiba, 24 de julho de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 118/91, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 070/91, por julgá-lo contrário ao interesse público, conforme os motivos aliante expostos.

Objetiva o autógrafo estabelecer critérios quanto ao processo de escolha de livro didático pelos estabelecimentos de ensino, determinando ainda o prazo de 90 dias para o Poder Executivo regulamentar a pretensa lei, a partir de sua publicação.

Meritório e de relevante alcance seria o Projeto de Lei em exame, caso já não se encontrasse definida a matéria nele contida em legislação específica e de idêntico teor.

A Lei nº 7.730, de 05 de setembro de 1983, devidamente regulamentada pela Resolução nº 4.094/83 da Secretaria de Estado da Educação, versa sobre o mesmo assunto, com absoluta identidade de objetivos. E é justamente este aspecto que determina sua inconveniência aos interesses do Estado, uma vez que, se aprovada, revogaria de

plano a Lei 7.730/83, deixando um interregno de até 90 dias, período estabelecido para sua regulamentação.

Não bastasse o exposto, deve-se ressaltar ainda que o mandamento principal da preconizada medida, contido em seu art. 1º, apresenta-se vago quanto às instituições de ensino que lhe são afetadas, se somente os estabelecimentos da rede pública, ou sua abrangência englobaria também os da rede privada. Outra omissão significativa e que dificulta sua exequibilidade é relacionada ao detalhamento de níveis de ensino, não mencionando se a medida proposta deveria atingir somente o 1º grau ou aos demais níveis e modalidades de ensino.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 048/91

PARECER:

A proposição em tela traz um veto aposto ao Projeto de Lei nº 070/91, que foi comunicado a esta Casa pelo Senhor Governador do Estado, através do Ofício nº 213/91, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual. O Senhor Governador vetou o referido Projeto de Lei usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inc. VII e § 1º, do art. 71, ambos do Instituto Constitucional Estadual.

Assim, somos de parecer que nada obsta a apreciação da presente proposição de veto em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pesutti, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão por 03 (três) sessões da Proposição nº 048/91, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 070/91.- Deferido.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 153/91, que altera a redação do Art. 1º da Lei n. 9.368 de 17 de setembro de 1990, (cria o Município de Quatro Pontes). Aprovado. (Public. no DA. n. 43, de 25.04.91).

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 045/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, altera a redação do Art. 1º da Resolução n. 004/90, que autorizou a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 045/91
EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO

Art. 1º - O artigo 1º da Resolução n. 004/90 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Piraquara, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Pinhais.

"Começa na confluência dos rios Atuba e Iraí (antigo leito), sobe por esse rio em direção a Nordeste até encontrar o rio Canguiri na divisa do Município de Quatro Barras, contornando essa divisa segue pelo mesmo rio em direção Nordeste até PR-410, (Estrada da Graciosa), por esta direção a Oeste segue até chegar ao rio Atuba, a partir de onde segue por este ao Sul, até a confluência com o Rio Iraí, ponto de origem do traçado delimitatório."

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO

"Tem como ponto inicial o cruzamento da Rodovia PR-415 ou Rodovia João Leopoldo Jacomel com a Estrada de Ferro RFFSA, por esta até o limite leste dos loteamentos Bois de Boulogne e Vila Amélia até a Rua Marechal Floriano, por esta até encontrar a Rua Humberto Alencar Castelo Branco pela qual segue em sentido sul, numa distância de 1522 metros antes de chegar na Rodovia PR-415 ou Rodovia João Leopoldo Jacomel, deste ponto por uma linha seca de sentido oeste, alcança o Rio Palmital, pelo qual sobe até encontrar a estrada da Graciosa, pela qual segue até encontrar o Rio Atuba; pelo referido Rio até alcançar o Rio Iguaçu, por este até encontrar o Rio Iraí; por este até o limite leste do loteamento Vila Maria Antonieta, pelo referido limite até a Rodovia PR-415 ou Rodovia João Leopoldo Jacomel, e por esta até o cruzamento com a Estrada de Ferro RFFSA, ponto inicial."

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(aa) ANIBAL KHURY

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, Lourenço Fregonese, Orlândo Pesutti e Neivo Beraldin.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda visa corrigir o Projeto de Resolução, que contempla apenas o memorial descritivo do perímetro urbano, faltando o mesmo da área total do Município.

O Projeto irá à Comissão de Constituição e Justiça, com a discussão encerrada.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 339/91, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO MARIA TEREZA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 343/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO INICIATIVA, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 347/91, de autoria do Deputado CLEITON KIELSE CRISÓSTOMO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA DE PLANALTIMA DO PARANÁ, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 348/91, de autoria do Deputado JOÃO PREIS, que declara de Utilidade Pública a REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER - Regional de Maringá, com sede e foro no Município de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 354/91, de autoria do Deputado CEZAR SILVESTRI, que declara de Utilidade Pública a Sociedade denominada de CARITAS SOCIALIS, de Guarapuava - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 131/91, de autoria do Deputado NILTON CEZAR SERVO, que isenta do pagamento de taxa mensal de água às famílias de baixa renda, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. (Public. no DA. n. 31, de 09.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 131/91

PARECER:
De autoria do Senhor Deputado NILTON

SERVO, vem ao exame desta Comissão o Projeto em epígrafe, que visa isentar do pagamento da taxa mensal de água as famílias de baixa renda, e dá outras providências.

Ao embasar o projeto, procura o autor emprestar-lhe a necessária sustentação legal, dando ênfase, ainda, à fundamentação econômico-social. Neste último aspecto, em especial, a justificativa é sólida e sem dúvida convincente. Busca, de fato o nobre Parlamentar, justificar o benefício às famílias de baixa renda, encontrando na própria Constituição Estadual, art. 210, parágrafo único - o suporte legal e constitucional para a medida a ser implantada.

É de se aduzir, ainda, que, ao fixar critérios rígidos para sua aplicação, o projeto circunscreve seus efeitos financeiros, de sorte a não onerar em demasia as empresas encarregadas do abastecimento e, por extensão, os demais usuários.

Assim, por não vislumbrar impedimento de ordem regimental, legal ou constitucional, entendo estar o projeto em condições de ser analisado pelos doutos membros desta Comissão, e, em seguida, pelo Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

COSTENARO NETO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 131/91

P A R E C E R:

SÍNTESE: Isenta do pagamento de taxa mensal de água as famílias de baixa renda, e dá outras providências.

Tendo em vista o parecer da Douta Comissão de Constituição e Justiça que não encontrou óbices constitucionais à legal tramitação do presente projeto de lei, opinamos que esta Comissão opine pela sua APROVAÇÃO e conseqüente apreciação pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.06.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

RAFAEL GRECA

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 131/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Nilton Cezar Servo, o presente Plano de Lei visa isentar do pagamento de taxa de água mensal às famílias de baixa renda.

A Comissão de Constituição e Justiça, analisando o aspecto constitucional e le-

Curitiba, terça, em 17.08.91

gal do Projeto deu Parecer FAVORÁVEL.

No mesmo sentido foi o Parecer dado pela Comissão de Finanças.

No que compete a esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, nada encontra que possa obstar regularmente a tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa.

Assim sendo, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.91.

(aa) CÉZAR SILVESTRI

Presidente

DOBRANDINO DA SILVA

Relator

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Para encaminhar)

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Em que pese a manifestação favorável das Comissões a que a matéria em questão foi distribuída, é inquestionável o vício de inconstitucionalidade que atinge a matéria, pelas seguintes razões:

1. Ainda que da Ordem do Dia não conste a justificativa do Projeto, verifica-se que a disposição do Art. 210 e seu parágrafo único, da Constituição Estadual, não servem de embasamento à fundamentação legal da matéria, como faz crer o parecer da CCJ.

Senão, vejamos: a garantia dos serviços e bens descritos nos incisos I a IV, só poderá ser atingida com o concurso de lei, que dará a aplicabilidade ao programa de saneamento. O que se cuida ali de estabelecer, é um referencial à atuação dos poderes públicos, nos assuntos de saneamento. Nada ali autoriza a concessão de isenções.

2. Dada a crônica insuficiência de recursos em quantidade suficiente à expansão da rede de água e esgoto, é sabido que todos os órgãos estatais que cumprem tal atividade buscam meios financeiros junto aos agentes financeiros do governo federal ou de países estrangeiros, sendo que tais contratos, via de regra efetuados com a Caixa Econômica Federal, sempre estabelecem a vinculatividade da política tarifária segundo critérios do agente, ainda que implícitos os fins sociais.

3. A isenção do pagamento de taxa traria a conseqüência inevitável de reduzir a receita patrimonial ou financeira já prevista no orçamento previamente aprovado por esta Casa.

4. Sendo a isenção, em última instância, um subsídio, não há como negar sua concessão como vetor responsável pelo ônus que disto sobreviria. Pois é ingênuo imaginar que não ocorreria tal fato, vez que as tarifas de fornecimento de água, ao menos em nosso Estado, já são subsidiadas, tendo

conotação nitidamente social. Daí que a isenção deverá ser custeada, ou pelo órgão concessionário ou pelos usuários, ambos altamente sacrificados no contexto econômico atual.

Além destas considerações, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estaríamos incorrendo naquilo que a Constituição determina que não façamos, que é a ingerência nos outros órgãos da nossa unidade federativa. Todos nós sabemos que existem municípios que são eles os responsáveis por seus sistemas de água, e cabe, neste caso, não à Assembleia Legislativa que irá dizer se vão ou não isentar da taxa de água nestas localidades.

Portanto, na nossa opinião e daqueles que nos assessoraram, neste Parecer, o Projeto do Deputado Nilton Servo, embora revestido de todo mérito não tem amparo constitucional para que possamos dar continuidade ao mesmo, motivo pelo qual recomendamos aos nobres colegas que votem contrário ao Projeto de Lei 131/91.

Obrigado.

O SR. NILTON SERVO - (Para encaminhar) -

Sr. Presidente, eu entendo que é uma necessidade fundamental, é uma prioridade social, principalmente porque está incluso no Artigo 167 da nossa Constituição: - "A Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a prevenção, eliminação de doenças e outros agravos."

Quero dizer com isso que água é elemento básico, de necessidade para uma boa saúde. A saúde está garantida pela Constituição Estadual e Federal e eu acho que é um dever, uma obrigação nossa, dos Parlamentares, marcharmos unidos para aprovarmos este Projeto que vem de encontro às necessidades tão graves, que uma população carente atravessa, quando ela, diante dos pequenos salários não consegue ao menos pagar a água para beber!

Eu gostaria que os Srs. entendessem a grande necessidade social que atravessa não só o Paraná como o Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Srs. Deputados que aprovam o Projeto, permaneçam como estão. REJEITADO.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Nº 155/91, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, prevê a realização da Semana da Conservação Escolar no calendário da Secretaria de Estado da Educação. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.C.E. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. 43, de 25.04.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 155/91

PARECER:

De autoria do Deputado Algaci Túlio, o Projeto de Lei nº 155/91, pretende instituir a Semana de Conservação Escolar, no calendário da Secretaria de Estado da Educação.

De mérito inegável, o Projeto se encontra devidamente instruído, sendo nosso parecer pela sua apreciação em Plenário. É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE PROJETO DE LEI Nº 155/91

PARECER:

O Plano de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, propõe instituir a Semana de Conservação do Patrimônio Escolar, no calendário da Secretaria de Estado da Educação.

De expressivo teor didático, o Projeto de Lei merece ser acolhido por esta Comissão e levado à discussão plenária.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.06.91

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

RENATO ADUR

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 155/91

PARECER:

O presente Plano de Lei, de autoria do Deputado Algaci Túlio, prevê a realização da Semana da Conservação Escolar no calendário da Secretaria de Estado da Educação.

A Comissão de Constituição e Justiça analisando os aspectos legais e constitucionais do Projeto deu Parecer Favorável, devido ser o mesmo de mérito inegável.

No mesmo sentido foi o Parecer dado pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes, por entender ser o Projeto de expressivo teor didático.

No que compete a esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, nada encontra que possa obstar regimentalmente a tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.91

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

DOBRANDINO DA SILVA

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Nº 166/91, de autoria do Deputado ANTONIO ANIBELLI e Deputado DOBRANDINO DA SILVA, cria a região administrativa de Foz do Iguaçu, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Public. no D.A. 49, de 08.05.91.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 166/91

PARECER:

Em primeiro lugar há que se deixar claro que a matéria tratada pelo projeto de lei em exame não pode ser objeto de "lei ordinária", e sim de "lei complementar", conforme expressamente determinam os artigos 25, § 3º, da Constituição Federal e 21 da Constituição Estadual.

A menos que tal falha seja suprida, não subsistem condições para que este projeto possa prosperar.

A divisão administrativa do Estado do Paraná ficou definida através do Decreto 2441, de 11 de fevereiro de 1988, que regulamentou os artigos 81 a 84 da Lei nº 8485 de 03 de junho de 1987.

Como a Lei 8485, continua em vigor, é evidente que a divisão administrativa determinada pelo Decreto nº 2441, também ainda prevalece, e por isso, no nosso entendimento, qualquer intenção de introduzir modificações nessa divisão, deveria ser objeto de uma lei complementar AMPLA E ABRANGENTE, isto é, uma lei que reformulasse toda a divisão administrativa do Estado do Paraná e não de iniciativas isoladas que tumultuam uma estrutura já existente que, concordamos, precisa ser modificada, mas não da forma como está sendo proposta.

Parece-nos, Senhores Deputados, que a divisão administrativa do Estado do Paraná, em "regiões administrativas", teria que ser objeto de uma ampla discussão para que, se reformulada, atendessem os reais interesses dos municípios envolvidos, que, diga-se de passagem, no presente caso sequer foram ouvidos.

Esse fórum de debates poderá ser perfeitamente instituído pela Assembleia Legislativa, porque em sendo esta um dos Poderes que constitui o Estado (art. 7º-CE), a sua competência é concorrente com a do Poder Executivo.

Se os Senhores Constituintes pretendessem atribuir competência exclusiva ao Senhor Governador do Estado para promover a reformulação das regiões administrativas, teria incluído essa atribuição no rol do Art. 66, da Constituição Estadual, o que torna a atuação do Legislativo perfeitamente legítima.

Entendemos como justíssima a preocupação dos ilustres subscritores do projeto, quando procuram propiciar aos seus municí-

pios condições necessárias para que possam integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, mas, repetimos, o caminho escolhido não poderá ser o da legislação ordinária.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Elio Rusch, Duílio Genari e Albino Corazza, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. Aprovado.

Ficou portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, o Projeto de Lei nº 166/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/91, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, dispõe sobre a programação da TV Educativa Estadual. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E., por unanimidade. (Publ. no DA. nº 61, de 29.05.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 206/91

PARECER:

Propõe o autor, Deputado Algaci Túlio, que a TV Educativa, vinculada à Fundação Rádio e Televisão do Paraná, produza programas educativos, culturais, artísticos e jornalísticos de caráter estadual, progressivamente, atingindo, até um ano desta lei, 50% da programação total da emissora.

Em sua justificativa, o autor registra o dispositivo constitucional federal e estadual, que impõe o caráter regional às emissoras culturais.

E argumenta mais, de que atualmente, nossa emissora regional está recheada de programas elaborados em outro Estado, apesar de alto nível.

A pretensão não fere qualquer dispositivo legal, levando-nos a opinar favoravelmente à sua apreciação em plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.91.

(aa) COLOMBINO GRESSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 206/91

PARECER:

De autoria do Deputado Algaci Túlio, o presente Plano de Lei dispõe sobre a programação da TV Educativa Estadual.

A Comissão de Constituição e Justiça,

nada encontrou que impedisse legal ou constitucionalmente o trâmite normal do referido Projeto de Lei.

Esta Comissão de Educação, Cultura e Esportes, chamada a opinar conforme preceitua o Regimento Interno desta Colenda Casa, oscilou-se igualmente de modo favorável à aprovação deste.

Já que a presente proposta muito beneficia a cultura paranista, valorizando-se, através da divulgação de trabalho de nossos artistas e demais pessoas ligadas a cultura desta Terra dos Pinheirais.

Assim sendo, por se tratar de matéria de indiscutível mérito e de merecido apoio, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.91.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

ALBINO CORAZZA

Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o adiamento da discussão por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 206/91.

Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para justificar que estivemos conversando com o Deputado Algaci Túlio e assim procedemos na retirada da Ordem do Dia, para que possamos, junto com os organismos estaduais e dos segmentos interessados, discutir com mais profundidade este Projeto de Lei.

Razão pela qual nos entendemos com o Deputado Algaci Túlio, pela retirada por 5 sessões.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, para justificar também aos companheiros de Bancada que apoiaram este Projeto.

Quero dizer que, este Projeto procura fazer com que a TV Educativa do Paraná, determina ou destine pelo menos 50% da sua programação com produção local, ele é de sua importância, em razão pela qual, em conversa com o Deputado Orlando Pessuti, num estudo mais aprofundado em relação a este Projeto, nós concordamos então pela sua retirada por 5 Sessões, evidentemente procurando trazer, nos próximos dias, com mais subsídios para tentar convencer a Bancada do Governo e o próprio Governo do Estado da importância de se colocar na TV Educativa a programação cultural do estado do Paraná.

Muito obrigado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº

253/91, de autoria do Deputado TOTI COLAÇO, que autoriza o Poder Executivo a transferir para a alçada do Estado, a estrada ligando os Municípios de Irati a Inácio Martins. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 70, de 17.06.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 253/91

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Toti Colaço, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a transferir para a alçada do Estado, a estrada ligando os Municípios de Irati a Inácio Martins.

Analisando a matéria sob o aspecto legal e constitucional, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que, nada há que possa obstar sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 253/91

PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Toti Colaço, objetiva a estadualização da estrada que liga os Municípios de Irati a Inácio Martins.

Nada obsta, sob a perspectiva desta Comissão, a sua regular tramitação.

Isto posto, o PARECER é favorável à sua integral aprovação.

Sala das Comissões, em 13.08.91.

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

RENATO ADUR

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 10 (dez) sessões. Deferido.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento nº 2366, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, na qualidade de Presidente da C.P.I. da Saúde, constante do expediente, solicitando prorrogação por mais 60 (sessenta) dias para que a Comissão de Saúde possa concluir plenamente seus trabalhos de investigação e apresentar ao Plenário seu relatório fi-

nal. Rejeitado.

RESPOSTA A CONSULTA FORMULADA PELO NOBRE
DEPUTADO FLORISVALDO FIER, NA SESSÃO DE
12 DE SETEMBRO DE 1991.

O Deputado Dr. Rosinha, através de ofício, encaminhado a esta Presidência na Sessão de 12 de setembro de 1991, solicita esclarecimentos sobre o funcionamento de Comissões Parlamentares de Inquérito, com resposta aos seguintes quesitos:

1 - Há exigência de "quorum" mínimo para as sessões de tomada de depoimentos? Em caso positivo, qual é o "quorum" e a respectiva base legal?

2 - A tomada de depoimentos é considerada deliberação da CPI?

3 - O prazo para a conclusão dos trabalhos, previsto no § 3º, do Art. 36, do Regimento Interno, inicia sua contagem a partir da constituição da CPI, ou do início efetivo de suas atividades?

Na contagem do prazo considera-se, também, o período do recesso parlamentar? E, se durante o recesso não se desenvolveu nenhuma atividade?

PASSO A RESPONDER

I - A exigência de "quorum" mínimo para a tomada de depoimentos em uma CPI é imperativo de ordem constitucional, haja vista o disposto no Art. 47 da Constituição Federal, reproduzido pelo Art. 56 da Constituição Estadual, que diz:

"Art. 56 - Salvo disposições constitucionais em contrário, as deliberações da Assembleia Legislativa e de suas comissões, serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros."

Para que não subsistam dúvidas a respeito da aplicação do texto constitucional, invoco o entendimento do consagrado mestre do Direito Constitucional pátrio, Pinto Ferreira, que diz:

"Quorum é o número mínimo de membros dos colegiados, sem cuja presença eles não podem reunir-se, nem deliberar. Sem a presença da maioria absoluta dos respectivos membros as Casas Legislativas ou as Comissões não podem reunir-se para deliberar (CF de 1988, art. 47)."

A Constituição ou a lei podem fixar o "quorum". Mas no silêncio delas, compete à Câmara fixar o "quorum" e a técnica mais adequada para a sua contagem, conforme decisão da Suprema Corte Americana pleito United States-Balleis (1892).

Entretanto, no silêncio da norma legal, "quorum" é a própria maioria absoluta, indispensável para a abertura das sessões e a própria votação."

(Pinto Ferreira, COMENTÁRIOS A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, SARAIVA, 1990, 2º. Vol. pag. 500). (os grifos são nossos)

Levando em conta, principalmente, as expressões: "não pode, reunir-se nem deliberar" e "indispensável para a abertura das sessões e a própria votação", expostas com tanta clareza pelo eminente jurista, não vemos como fugir da necessidade da presença de maioria absoluta de seus membros, para que a Comissão Parlamentar de Inquérito possa se reunir.

II - A tomada de depoimentos em si, obviamente, não é uma deliberação, mas, em decorrência disposto na resposta ao quesito anterior, deixa de ter validade quando colhida em sessão que não poderia ter sido legalmente instalada por falta de "quorum".

Esta Presidência esclarece, ainda, que o documento hábil para apuração do número legal é a ata das sessões, que só terá validade após lida e aprovada pelos Deputados presentes, que devem assiná-la, e na qual devem constar, quando apresentadas, as justificativas dos ausentes. Este é o procedimento consagrado pelo uso, tanto nesta Casa, como nas Casas do Congresso Nacional.

A esse respeito, alertamos o Senhor Deputado Presidente da CPI da Saúde, que, com exclusão da ata de instalação da Comissão, na qual constam as assinaturas de oito Senhores Deputados, nas atas das sessões seguintes não constam nem os nomes, nem as assinaturas dos presentes, o que tira dos depoimentos nelas colhidos qualquer valor legal.

III - No que respeita ao prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, tratam-se de ocorrência oriunda da vontade soberana do Plenário, que tem poderes para dispor deve ser contado a partir da decisão da Assembleia em autorizar a sua constituição, autorização esta consubstanciada no Ato nº 1/91, desta Presidência, datado de 15 de maio de 1991, e que tem validade a partir da data de sua publicação, em 16 de maio de 1991.

Os prazos, nos termos do Regimento Interno, devem ser contados por dias corridos e, no caso específico das Comissões Parlamentares de Inquérito, não se interrompem nos períodos de suspensão da sessão legislativa, pois, por força do disposto no § 3º, do Art. 36 do Regimento Interno, estão autorizados a funcionar também durante o recesso parlamentar, dependendo para tal tão somente da vontade de seus membros.

Considerando desta forma resolvida a questão levantada, submeterei à apreciação do Plenário o Requerimento do Deputado Dr. Rosinha, pela prorrogação do prazo de funcionamento da CPI, e determino que seja a presente resposta registrada no livro próprio para as Questões de Ordem, deste Po-

der, para que sirva de balizamento para ocorrências futuras.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, acompanhando a leitura do Parecer, nós queremos levantar alguns questionamentos. Quero ler um pedaço do Parecer onde diz o seguinte:

"A esse respeito, alertamos o Sr. Deputado Presidente da CPI da Saúde, que, com exclusão da ata de instalação da Comissão, na qual consta a assinatura de 8 Srs. Deputados, nas atas das Sessões seguintes, não consta nem os nomes, nem as assinaturas dos presentes, o que tira dos depoimentos nela colhido qualquer valor legal".

A respeito disso quero levantar 3 observações: a primeira delas é que a ata lida no plenário desta Assembleia Legislativa, não consta também o nome de nenhum dos Srs. Deputados, ela está respaldada inclusive no art. 114 do Regimento Interno o que faz também com que respalde às Comissões e em função de não constar, o Sr. Presidente, inclusive, já nos orientou a Vossa assessoria, o que passou a constar de ora em diante o nome dos Deputados presentes na ata que é lida. Mas está, como disse, respaldada no art. 114. Segundo ponto, em função disso, a questão que levanta sobre "quorum" mínimo, o art. 88 do Regimento Interno, coloca que deve ter a presença de 1/3 na hora da leitura das atas. Um segundo ponto, as atas de todas as comissões temporárias que eu tive acesso até hoje, são iguais a da atual CPI. Aí eu interrogo: então as Comissões anteriores desta Casa de Leis de anos anteriores também não têm validade?

Terceiro ponto, se ninguém pedir a verificação de "quorum" nas sessões plenárias, como foi o caso de ontem, as atas e qualquer questão da Ordem do Dia são votadas e deliberadas sem "quorum". Na nossa Comissão nenhum dos presentes pediu verificação de "quorum" em nenhum momento, portanto, também respaldada nas ações da Mesa Legislativa deste Plenário.

Num dos parágrafos do item 3: "Contando a partir da decisão da Assembleia autorizar a sua constituição, passa a se contar o tempo". E diz o seguinte na sequência: "Os prazos nos termos do Regimento Interno devem ser contados por dias corridos".

Concordo que o prazo deve ser contado como dia corrido. Aí levanto mais alguns pontos: o art. 34 do Regimento Interno § 2º diz que os membros serão indicados até 48 horas pelos líderes partidários ou pelo Presidente da Assembleia Legislativa, no caso da atual CPI, isso não foi feito. Os líderes partidários desrespeitaram o Regimento Interno e sou obrigado a dizer que a Mesa da Assembleia Legislativa também o

fez.

O art. 36 § 3º diz que serão 120 dias para conclusão dos trabalhos.

No meu entender portanto, peço à mesa verificar que deve ser 120 dias do início dos trabalhos ou seja do momento em que a própria mesa indicou os membros para compor a CPI e por último solicito à mesa que como no caso do Deputado José Ritti, que era só de aplicar o Regimento Interno ou seja aplicar o artigo 248, inciso 5º, à Presidência da Mesa consultou a CCJ para um parecer.

Faço o mesmo requerimento de que a respeito de tal consulta, agindo como no caso do Deputado José Ritti, que era somente aplicar o Regimento Interno, que seja consultada a CCJ em face do que levantei.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Começamos pelo artigo 88.

O artigo 88 se refere as sessões plenárias, especificamente o artigo 50, parágrafo 3º se referem às comissões.

As comissões deliberaram pela maioria de votos, com a presença da maioria dos seus membros.

Quanto a remessa à CCJ, artigo 104 parágrafo 1º - Todas as questões de ordem claramente formuladas serão resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembleia.

Está mantida a decisão de ordem.

O DR. ROSINHA - (Pela Ordem) - A respeito de interpelar, em função do artigo 88, foi em função de eu ter sido interpelado na CPI de que não estava colocando em prática esse artigo 88 e nós alegávamos que era da plenária desta Assembleia. Solicito a V.Exa. que a decisão da Mesa seja submetido a plenária de acordo com o artigo 118 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Democraticamente vou submeter o requerimento de V.Exa. a deliberação do Plenário.

Srs. Deputados que aprovam a prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos da CPI da Saúde por 60 dias conservem-se como estão.

Aprovado o requerimento.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, solicito Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Vai-se proceder a verificação de votação.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, retiramos o pedido de verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu requeiro verificação de votação com chamada nomi-

nal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - V.Exa. requer chamada nominal ou verificação de votação?

O SR. ORLANDO PESSUTI - Verificação de votação, após chamada nominal.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) - Eu acho que a questão já foi aprovada...

O SR. ORLANDO PESSUTI - Então requeiro apenas a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Vai ser procedida a verificação de votação.

Dezessete Srs. Deputados aprovam o requerimento.

Vinte Srs. Deputados rejeitam o requerimento.

Está REJEITADO.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, na mesa tinha mais 3 Deputados, mais 3 votos, eu entendo que houve empate, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Todos os votos foram computados.

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) - Sobre a Mesa, requerimentos de nº 2352, 2353, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2318, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2319, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2335 a 2337, de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2362 e 2363, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2338, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2320, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. JOSÉ RITTI - (Questão de Ordem) - Eu quero esclarecer ao nobre Deputado Dr. Rosinha, o qual solicitou e citou o meu

nome no caso de pedido de suspensão da Mesa, fui eu quem solicitou o direito de defesa perante a CCJ, a Comissão de Constituição e Justiça. Então eu quero simplesmente esclarecer isto a ele, que quem solicitou que o meu caso fosse enviado à CCJ fui eu próprio.

O DR. ROSINHA - (Pela Ordem) - Eu creio que o nobre Deputado José Ritti não compreendeu a minha argumentação...

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) - A Mesa dá como encerrado o fato já que deixa de ser assunto da sequência da Sessão.

Requerimento de nº 2333, de autoria da Sra. Deputado Emília Belinati, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2331, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2341, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2328, de autoria do Sr. Deputado Albino Corazza, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2324 a 2326 e 2358, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2323, 2322, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldi Jr., constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2321, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, com apoio dos Senhores Deputados Ademar Traiano, Rossoni, Luiz Carlos Alborghetti e Lourenço Fregonese, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) Senhor Presidente, não sei se ouvi bem, mas parece-me que havia um requerimento da Bancada do Governo solicitando a queima dos depoimentos da CPI também para eliminar as provas contra o Governo passado, ou foi impressão minha?

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Esta Presidência informa o ilustre Parlamentar que, por enquanto, desconhece qualquer documento neste sentido.

O SR. ERNANI PUDELL - Mas a gente não pode se surpreender se isso vier a ocorrer, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - O Deputado que preside a Sessão está procedendo

rário ler com destaque todos os requerimentos para que todos tomem conhecimento.

Requerimentos de ns. 2346 a 2348, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2349, 2350, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2351, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2354, 2355, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2356 e 2357, de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2360, de autoria dos Senhores Deputados Heinz Herwig, Antônio Annibelli, Alceu Swarowski e Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2361, de autoria dos Senhores Deputados Antônio Annibelli, Heinz Herwig, Alceu Swarowski e Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2364, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n. 2358-A, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. À Comissão de Saúde e Educação, para emitir parecer.

Requerimento de n. 2332, de autoria dos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e José Tavares, constante do expediente. À Coordenadoria do Expediente, para elaborar Ofício.

A Presidência registra com satisfação a presença em nosso Plenário de integrantes do Conselho Comunitário de Segurança do Trânsito em Curitiba, Benemerita dama da sociedade curitibana, Dona Dalila Lacerda, Presidente da União Cívica Feminina, Dr. Ari de Chistian, Conselheiro da Santa Casa, renomado médico paranaense, Dona Tereza Prestes, Diretora do Instituto dos Cegos, Dona Maria Regina Boscardin, Secretária da União Cívica e do Conselho Comunitário de Trânsito, Dra. Izabel Mendes Presidente do Conselho Municipal da

Condição Feminina, Coronel Luiz A. B. Vieira e Dr. Gilson Araújo.

A todos, a satisfação em tê-los aqui prestigiando esta Sessão.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados. Eu peço a palavra neste final de Sessão para fazer um registro diante da sábia decisão da Comissão Executiva desta Casa, às questões levantadas pelo Deputado Florisvaldo Fier, Presidente da CPI da Saúde, e que de certa forma responde à questão que levantei anteriormente a respeito do funcionamento daquela CPI. É meu dever fazer este registro porque fiz da tribuna, no Grande Expediente, na semana passada, uma denúncia e ao mesmo tempo, um alerta. Quando vi CPI funcionar sem a observância de requisitos elementares como por exemplo, "quorum", falta de nomes de parlamentares membros da CPI nas Atas, assinaturas nas Atas e etc., e etc..

Por esta razão, eu quero dizer a Vossa Excelência e à Casa, que me considero hoje refeito do trauma que sofri na Sessão, ou numa das Sessões da CPI da Saúde na semana passada, quando tive que me retirar...

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Deputado José Tavares, a sua Questão de Ordem já ultrapassa o limite e eu o aconselho a utilizar Explicações Pessoais porque, com certeza, o Deputado Dr. Rosinha vai querer replicar. O Senhor então, desta forma, eu o consulto: Vossa Excelência tem interesse em utilizar a tribuna para Explicações Pessoais? Se quiser poderá utilizá-la. Caso contrário, eu...

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado José Tavares, inscrito.

O SR. JOSÉ TAVARES - Agora eu registro, Senhor Presidente, que o caso requer, e afinal de contas eu, como Parlamentar, fui trazer ao conhecimento do Plenário fatos que geraram toda essa Questão de Ordem. Então agora eu quero cumprimentar a Comissão Executiva, a Mesa desta Casa, pela sábia, prudente e responsável decisão tomada neste Plenário. E, de resto, quero cumprimentar também o plenário que votou favoravelmente a decisão sábia do Senhor Presidente.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para um esclarecimento. O ilustre Deputado elogiou a decisão da Mesa, que foi sábia, mas a menos que esteja enganado, é este esclarecimento que quero da Mesa, parece-me que o ilustre

Deputado votou contra o posicionamento da Mesa no sentido de prorrogar o prazo da CPI. Quer dizer, a CPI foi abortada neste momento pela Bancada do Governo. Pelo menos - é esse o entendimento que tenho. Não quero no momento estar equivocado...

O SR. PRESIDENTE (Algaci Tílio) - Esta Presidência não vai admitir mais as Questões de Ordens e se os Senhores Parlamentares desejarem ocupar a Tribuna para Explicações Pessoais liberaremos a palavra.

Em Explicações Pessoais tem a palavra o Senhor Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente vou usar a palavra daqui mesmo uma vez que falarei rapidíssimo.

Em primeiro lugar o meu protesto por ter cortado o som quando estou aqui pedindo a palavra para me inscrever. É um desrespeito a minha pessoa.

Enquanto a Mesa tomou uma posição responsável conforme as palavras do Deputado José Tavares, a Bancada do PMDB e a Bancada governista tomou uma posição irresponsável de acobertamento de irresponsabilidades na Secretaria Estadual de Saúde. A Bancada do PMDB e de apoio ao Governador Roberto Requião tem medo da verdade, como disse na semana passada. Morre de medo de concluir que as denúncias feitas em cima do Governador Álvaro Dias sejam verdadeiras.

E eu tenho a absoluta certeza de que nós teríamos a maior isenção na condução daquela CPI.

Mas, no entanto, eles têm medo porque sabem que o Governador Álvaro Dias está comprometido com a corrupção na Secretaria de Saúde. Sabem que o Deputado José Felinto está comprometido com a corrupção. Sabem também que Wagner Pacheco meteu a mão na grana como os outros e eles têm medo desta verdade. Por isso votaram contra e se dizem agora sossegados e confortados. Pois continuam acobertando, Senhores Deputados, porque a sociedade vai-lhes cobrar um dia esta posição.

Os Senhores morreram de medo da verdade, Senhores Deputados, pois nenhum Deputado do PMDB lá compareceu um dia, a não ser o Senhor Deputado José Afonso.

Os demais Deputados, se acobertando na pretensa legalidade, escondem a corrupção, escondem as falcaturas do Governo Álvaro

Curitiba, terça, em 17.09.91

Dias numa pretensa legalidade, quem sabe até quando também alguns desses Deputados não estejam envolvidos no caso porque votaram com medo, votaram pelo fim desta CPI. Votaram achando que eu vou me calar como Deputado. Não vou não, Senhores Deputados.

Todos os depoimentos na Assembleia Legislativa são públicos e por serem públicos eu, como Deputado e como cidadão, darei entrada na Polícia Federal para que sejam apurados os reais comprometimentos.

E amanhã farei uso da palavra no Grande Expediente para esclarecer muitos fatos.

E quero dizer aos Senhores Deputados que neste momento eu me retiro desta Sessão por estar envergonhado com o comportamento dos Deputados do PMDB e da Bancada de sustentação. Porque se for eleito para isso é melhor não cumprir o mandato até o fim porque tem medo de conclusões de CPI.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, eu queria apenas requerer a V.Exa., se V.Exa. permite, que faça chegar às minhas mãos as notas taquigráficas das explicações pessoais do Dr. Rosinha, para que a gente possa analisar com mais calma, com mais equilíbrio e mais tranquilidade as suas declarações e se for o caso também adotar as medidas legais cabíveis em cima dessas mesmas declarações.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Tílio) - V.Exa. deverá fazê-lo por escrito.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 40/91, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 86/91.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 155/91.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 198, 325, 329, 330, 338, 342, 357, 365, 369, 370, 374 e 380/91, e do Projeto de Resolução nº 44/91.

Levanta-se a sessão.